

**MUNICÍPIO DE POMBAL****ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
Nº 0003/AM/17, de 23/06/2017**

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Narciso Ferreira Mota, José Alves Grilo Gonçalves, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Pedro Pedrosa, Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão dos Santos, Paula Cristina Lopes Silva, Michäel da Mota António, Pedro Francisco Pires Brilhante, Felismino Carreira, António Manuel Cardoso Fernandes, José dos Santos Neves, Manuel Simões Rodrigues Marques, Odete Marise dos Santos Alves, Patrícia Inês dos Santos Carvalho, Vítor da Conceição Gomes, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, Maria Emília da Conceição Brito, António Roque, Cristina Rodrigues, Henrique Jorge Magalhães de Menezes Falcão, Ricardo Jorge Rodrigues Ferreira, Jorge Rodrigues das Neves, Fernando Rodrigues Matias, Pedro Manuel Neves da Silva, José Manuel Pedrosa Marques, Avelino das Neves António, Nelson da Silva Pereira, Manuel Escalhorda, Sílvio da Mota, Carlos Manuel Ribeiro Rosa Clemente, Manuel José Carreira Serra, Ilídio Manuel da Mota, Ana Cristina Costa Barros e Ana Isabel Cardoso Tenente Gonçalves, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:**

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 27/04/2017;

Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3. Intervenções na generalidade.

**Ponto 2 - Período da ordem do dia:**

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2. Apreciação do Relatório de Execução Orçamental (4.º Trimestre 2016) da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M. – Para conhecimento;

Ponto 2.3. Apreciação do Relatório de Gestão e Contas da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M – Exercício de 2016 – Para conhecimento;

Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas de 2016;

Ponto 2.5. Apreciação do Parecer do Auditor Externo, ao abrigo da alínea e) do nº 2 do art.º 77.º da Lei nº73/2013, de 03 de Setembro, sobre as Contas Consolidadas – Ano de 2016;

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização de reforço de dotação no Plano Plurianual de Investimentos, para os anos de 2018 e 2019;

## MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da 2.<sup>a</sup> alteração ao Mapa de Pessoal para o Ano de 2017;

Ponto 2.8 - Controlo de cumprimento dos aspetos associados ao Relatório e Recomendações formuladas pela IGF em sede de Ação de Auditoria “Controlo da Contratação Pública” Triénio 2013/2015 - Ponto de situação do efetuado para efeitos de conhecimento à IGF - Para conhecimento;

Ponto 2.9. Apresentação, discussão do Reporte de Contas dos Serviços de Águas e Resíduos – Ano 2016 – Para Conhecimento;

Ponto 2.10. Apresentação do procedimento concursal para a elaboração do projeto “Defesa Contra Cheias de Pombal” promovido pela Agência Portuguesa do Ambiente – Para Conhecimento;

Ponto 2.11. Apresentação do Relatório da Assembleia Geral da Pombal Prof, S.A. – Para Conhecimento;

Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal;

Ponto 2.13. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara Dr. Diogo Mateus e os Senhores Vereadores, Dr. Fernando Parreira, Dr.<sup>a</sup> Catarina Silva, Eng.º Pedro Murtinho, Arq.º Renato Guardado, Eng.º Jorge Claro e Dr.<sup>a</sup> Marlene Matias.

Presidiu à sessão Narciso Ferreira Mota como Presidente e foram secretários Carlos Alberto Ferreira da Silva como 1.º Secretário e Paula Cristina Lopes Dias da Silva como 2.<sup>a</sup> Secretária.

Posteriormente, procedeu-se à chamada, tendo-se verificado as seguintes ausências:

**Eleitos pela lista do PPD/PSD** – Abel António Dias Braz e Adelino Abreu João, que apresentaram pedidos de justificação para as suas faltas, as quais foram, de imediato, justificadas pela Mesa.

**Eleitos pela lista do PS** – Abílio Fernandes, que apresentou pedido de justificação para a sua falta, a qual foi, de imediato, justificada pela Mesa.

**Presidente da União de Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze** – Manuel Henriques Nogueira de Matos, que apresentou pedido de justificação para a sua falta, a qual foi, de imediato, justificada pela Mesa.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou ter recebido os seguintes pedidos de substituições, dos membros da Bancada do Partido Social Democrata:

De Paula Cardoso, tendo sido chamada a substituí-la a cidadã imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Maria Adelaide Pereira da Conceição, que informou não poder estar presente,

## MUNICÍPIO DE POMBAL

tendo sido chamada a cidadã eleita a seguir na lista, respetivamente, Daniela Rosa, que informou não poder estar presente, tendo sido chamado o cidadão eleito a seguir na lista, respetivamente, Pedro Pedrosa; de Andreia Sofia Pinheiro Marques, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, António Manuel Cardoso Fernandes; de Maria Teresa do Nascimento Pereira da Silva, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Felismino Carreira; de Pedro Daniel Jordão Ferraz, tendo sido a chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente Adelino Abreu João.

Da Bancada do Partido Socialista:

De Jorge Silva, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Pedro Santos, que informou não poder estar presente, tendo sido chamada a cidadã imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Cristina Rodrigues; de Bruno Loureiro tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Abílio Fernandes.

### **Ponto 1 – Período antes da ordem do dia:**

#### ***Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 23/06/2017.***

O Deputado **Vítor Gomes**, pediu a palavra para fazer a intervenção que se segue:

*“Nas intervenções que me dizem respeito na ata, numa intervenção minha, eu falei das “borlas da autoestrada”, e na ata está transcrito “nas bordas da autoestrada”. Numa resposta do Senhor Presidente da Câmara, a uma interpelação minha, sobre a estrada da Pelariga, foi atribuída ao meu amigo António Roque. Não foi ele que a fez, fui eu.”*

O **Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:

*“Isso vai ser corrigido.”*

O Deputado, **João Coucelo**, pediu a palavra para fazer a intervenção que se segue:

*“Senhor Presidente, eu queria fazer uma declaração de voto relativamente a esta ata. Eu votei favoravelmente porque acho que a ata descreve corretamente o que se passou nesta Assembleia. Tivemos discussões mais acesas, confrontos de ideias, alguma frontalidade e algumas frases um pouco mais excessivas, mas isso faz parte da luta democrática e ninguém foi indelicado com ninguém.*

*Não concordo, e é aqui o momento de demonstrar formalmente a minha discordância, quanto ao que aconteceu no final da sessão. Está transcrito na ata a intervenção de um cidadão que pediu a palavra para falar sobre um assunto que não sei qual é, como a tal obriga o artigo 32.º do nosso regimento. Qualquer pessoa que se inscreva tem de indicar o assunto sobre o qual vai falar. Aquilo a que nós assistimos foi uma situação inédita, pelo menos nos meus 34 anos de assembleias municipais, desagradável, e um desrespeito para com esta Assembleia. Contrariamente a aquilo que alguns pensam ou dizem, foi um desrespeito pela dignidade desta Assembleia. Não houve nenhuma pergunta. Houve um conjunto de afirmações que visaram, única e exclusivamente, uma pessoa e a Mesa – e eu também já fui Presidente da Assembleia – não teve a coragem, a diligência nem a sensatez de cortar a palavra a quem proferia tais afirmações, que excedeu claramente o seu tempo de intervenção e que não fez pergunta absolutamente nenhuma a esta Assembleia. Eu considero que isso não deve passar sem este reparo. Foi uma falta de isenção por parte do Senhor Presidente da Assembleia e do Senhor Secretário. Coisas destas não são*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*admissíveis que aconteçam nem que se repitam em assembleia municipal. Houveram duas intervenções, uma que fez questões e colocou problemas, e outra que não colocou nenhuma questão e limitou-se a fazer uma “chicana política” dentro desta Assembleia. Eu não posso aceitar uma situação dessas.”*

**O Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:

*“Senhor Deputado, eu, como Presidente desta Assembleia, devo afirmar-lhe categoricamente que não conhecia pessoalmente o senhor, nem o conteúdo da sua intervenção. Ele não me a transmitiu, não me a leu. Ele estava a ler um comunicado, portanto entendi que não lhe devia tirar a palavra. Como nunca tirei aos Senhores Deputados que trazem comunicados escritos, tal como nunca tirei a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que tem 25 minutos para intervir, e já o chegou a fazer durante 60 minutos. Eu procuro ser imparcial e isento. Eu, quando tinha 20 minutos para intervir, fui me tirada muita vez a palavra por si. Não há ninguém que não falhe, mas eu tenho a humildade de me penitenciar perante todos. Eu sou um homem de decisões, de palavra e de verdade. Se falhei, peço desculpa a todos os presentes, agradecendo a observação do Senhor Deputado, chefe da bancada do PSD, me aqui fez.”*

O Deputado, **Michäel António**, pediu a palavra para fazer a intervenção que se segue:

*“Eu queria fazer uma declaração de voto – pois foi a única a Assembleia a que faltei neste mandato – abstive-me por não estar presente por motivos profissionais.”*

**Colocada a ata da sessão ordinária de 23 de junho de 2017 a discussão, passou-se de imediato à sua votação, tendo sido aprovada por maioria, com cinco abstenções.**

### ***Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.***

**O Senhor Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, passou a fornecer informação sobre o expediente recebido na Mesa da Assembleia Municipal, designadamente:

*“Recebemos uma carta da Casa Civil do Senhor Presidente da República, que diz o seguinte: “Encarrega-me sua excelência o Senhor Presidente da República de acusar a receção e agradecer o envio das cartas de vossa excelência, do passado dia 18 de maio, remetendo cópias das moções aprovadas a 27 de abril de 2017, as quais mereceram a melhor atenção. Com os melhores cumprimentos o Chefe da Casa Civil, Fernando Frutuoso de Melo.”*

*Recebemos outra carta da Assembleia da República, que diz: “Excelentíssimo Senhor Presidente, encarrega-me sua excelência o Presidente da Assembleia da República, de acusar a receção da moção, remetida por vossa excelência, sobre o assunto mencionado em epígrafe e informar de que a mesma foi levada ao conhecimento dos Senhores Deputados da Comissão Parlamentar do Ambiente, do Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, da Assembleia da República atendo à matéria em causa. Com os melhores cumprimentos, o Chefe de Gabinete, Maria José Ribeiro.”*

*Outra carta da Assembleia da República, que diz: “Encarrega-me sua excelência o Presidente da Assembleia da República de acusar a receção da moção remetida por vossa excelência, sobre o assunto mencionado em epígrafe e informar de que a mesma foi levada ao conhecimento dos Senhores Deputados da Comissão Parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas da Assembleia da República, atendendo à matéria em causa. Com os melhores cumprimentos, o Chefe de Gabinete, Maria José Ribeiro.”*

*Também do grupo parlamentar do CDS que passo a ler: “Venho pelo presente acusar a receção dos ofícios registados, datados do passado dia 18 de maio, que mereceram a nossa melhor atenção e que muito agradecemos. Para os devidos efeitos, cumpre-me informar vossa excelência*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*que os mesmos foram apresentados aos nossos deputados que integram a Comissão Parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas, a quem o assunto diz respeito mais diretamente. Apresento a vossa excelência os melhores cumprimentos, o Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar, Mariana Freire de Andrade.”*

*Também do grupo parlamentar Os Verdes, que diz o seguinte:*

*“Excelentíssimo Presidente da Assembleia, acusamos a receção dos seus ofícios, datados de 18 de maio, acompanhados das moções sobre os assuntos em epígrafe, que mereceram a nossa melhor atenção. Sem mais de momento, apresentamos os melhores cumprimentos, o Chefe de Gabinete, Joana Gomes da Silva.”*

*Do PSD: “Para conhecimento, junto envio cópia do Projeto de Resolução n.º 879/XIII/2.ª, que recomenda a intervenção urgente na requalificação do IC2 entre Leiria e Pombal e do IC8 entre Pombal e Ansião, que deu entrada na mesa da Assembleia da República no passado dia 19 de maio de 2017.” É do nosso deputado e caríssimo amigo, Pedro Pimpão.*

*Se me permitem, como Presidente desta Assembleia, gostaria, na qualificação do IC2 e IC8, que fossem aos arquivos políticos de há mais de 20 anos, onde consta que foram pedidas seis passagens desniveladas no IC2. No IC2 não são rotundas, nem semáforos que resolvem os problemas de segurança que ainda hoje se verificam. Fez-se o que se estava para fazer há muitos anos, e está melhor assim. Mas podia estar muito melhor se tivesse sido concretizado o objetivo de há 20 anos, que eram passagens desniveladas. Aquela rotunda devia ter sido feita – e eu falei com o Eng.º Ribeiro sobre isso – igual à que está dentro da cidade de Leiria, no Alto do Vieiro, de acesso ao Supermercado Continente. Rebaixava-se a estrada em um metro e meio, fazia-se uma estrada para os carros circularem livremente por baixo da rotunda, e a rotunda ficava com quatro entradas. Exatamente o que está em Leiria. Era uma obra para 100 anos. Eu, como Presidente da Assembleia Municipal, que é o órgão fiscalizador, tenho liberdade para fazer esta intervenção. O Senhor Chefe de Gabinete está a fazer comentários, mas nós, quando não temos medo de ninguém, devemos dizer tudo o que nos vai na alma, aqui, que é o local próprio.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, informou que deram entrada na mesa uma moção, remetida pelo deputado do PCP, Jorge Neves (que será lida pelo próprio deputado, mais adiante) e dois votos de pesar, um pelo falecimento do Maestro da Sociedade Filarmónica Vermoilense, Prof. Jaime Ferreira Pascoal, entregue pelo Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Vermoil, Ilídio da Mota e outro pelas vítimas de Pedrógão Grande, subscrito por vários membros da Assembleia Municipal, que foram previamente distribuídas por todos os membros.

**O Senhor Presidente da Assembleia**, fez a intervenção seguinte:

*“Permitam-me que vos informe que recebi três propostas. Vou ler a primeira proposta, que é o voto de pesar pelo falecimento do maestro da Sociedade Filarmónica Vermoilense, professor Jaime Ferreira Pascoal.*

*“Professor Jaime Ferreira Pascoal, natural e residente em Pombal, iniciou os estudos na área musical com nove anos de idade, na Filarmónica Artística Pombalense, aos 18 anos foi estudar para o Conservatório Regional de Coimbra. Fez licenciatura em música na Escola Superior de Música de Lisboa.*

*Desde de janeiro de 2015 que era Maestro e Diretor da Escola de Música da Sociedade Vermoilense. Com um carisma especial cativava as crianças e jovens, tendo dado uma nova dinâmica à escola de música, à orquestra juvenil e à banda filarmónica.*

*O Maestro Jaime Pascoal, em novembro de 2015, recebeu em intercâmbio a Banda de Laranjal Paulista do Brasil e nesta fase preparou a Filarmónica Vermoilense para ir a Laranjal Paulista, que seguirá para o Brasil no próximo dia 28, onde apresentará um vasto conjunto de concertos*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*no Estado de São Paulo, representando a nossa terra, o nosso concelho, o nosso país, a Europa! Concertos esses que serão dedicados à sua memória.*

*O Maestro Jaime Pascoal, perdeu a vida a trabalhar, no passado dia 21 de junho, quando regressava de Mação onde lecionava aulas de música, num trágico acidente de viação na A23, na flor da vida, apenas com 36 anos de idade.*

*Com a sua partida deixa um enorme vazio à sua família, aos seus alunos, à sua banda, à nossa comunidade. Mas deixa sobretudo obra feita! Com tanto que nos ensinou, sempre com a alegria e sorriso contagiante, bem como pelos muitos concertos inesquecíveis!*

*Pelo exposto, proponho que seja votado Voto de Pesar pela sua perda, sendo este remetido à sua família. Proponho ainda que seja respeitado um minuto de silêncio em sua memória, neste momento em que decorrem as cerimónias fúnebres.*

*Vermoil, 23 de junho de 2017, o Presidente da Junta de Freguesia de Vermoil, e deputado municipal, Ilídio Manuel da Mota.”*

**A Assembleia deliberou por unanimidade, aprovar o voto de pesar e o minuto de silêncio nos termos propostos.**

**Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta para efeitos de imediata execução**

A Assembleia Municipal em total sinal de respeito e pesar cumpriu o minuto de silêncio proposto e aprovado por unanimidade.

**O Senhor Presidente da Assembleia,** fez a intervenção seguinte:

*"Foi-me entregue também, pela mão do Senhor Deputado João Coucelo, uma Moção/Voto de Pesar que vou ler agora:*

*“Voto de Pesar.*

*Os incêndios que atingiram no passado fim de semana os concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos tiveram consequências devastadoras sobre as populações destes concelhos vizinhos do norte do Distrito de Leiria com a morte trágica e de forma brutal de 64 pessoas e mais de 250 feridos, destroçando famílias e amigos, de uma forma inédita neste tipo de ocorrências no nosso país.*

*A mobilização de vontades e solidariedade a nível local e nacional, para com os autarcas dos concelhos afetados, corpos de bombeiros, populações e familiares das vítimas, atingiu proporções só possíveis pelo dramatismo desta ocorrência e compreensão do profundo sofrimento daqueles que perderam familiares, habitações e bens que o esforço abnegado dos bombeiros e forças de segurança não conseguiram evitar.*

*Há perdas irreparáveis que são as humanas, e só com uma grande convergência de esforços e apoios será possível reconstruir as vidas daqueles que perderam as suas habitações e bens, que constituíam o seu sustento e para muitos o trabalho de toda uma vida, que estamos certos irão merecer apoio do poder central e da solidariedade de todos os portugueses.*

*A Assembleia Municipal de Pombal em reunião ordinária dia 23/06/2017 decidiu por proposta de todos os Partidos que nela têm assento que:*

*Seja apresentado voto de pesar pela perda irreparável de 64 vidas humanas aos autarcas dos concelhos afetados e deseje recuperação pronta dos feridos ainda internados*

*Que as verbas das senhas de presença desta reunião sejam destinadas ao Fundo de Solidariedade das vítimas dos incêndios de Pedrógão Grande.*

*Conta Solidária - IBAN da CGD - PT 50 0035 00010010000033042.”*

*Assinam nove Deputados desta Magna Assembleia.*

**João Coucelo,** fez a intervenção seguinte:

*“Eu informei-me relativamente à questão da canalização das verbas das senhas de presença desta Assembleia. E eu queria pedir ao Senhor Presidente da Assembleia que pedisse autorização ao Senhor Presidente da Câmara, para que fizesse o despacho das verbas por transferência*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*bancária para a conta solidária da Caixa Geral de Depósitos. Tem que haver uma autorização, através do Presidente da Assembleia, do Presidente da Câmara, para que as verbas possam ser transferidas, senão cada um de nós teria que estar a fazer a transferência. Devem anotar nas senhas de presença que destinam a verba à conta solidária.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia,** fez a intervenção seguinte:

*"Senhor Presidente da Câmara, penso que o que está aqui a ser proposto é exequível. Torna-se muito mais fácil para os membros desta Assembleia que o dinheiro seja transferido diretamente para a conta solidária. Informe-se tal é viável ou não, se faz favor.”*

**O Senhor Presidente da Câmara,** fez a intervenção seguinte:

*"Eu creio que sim. Nós não podemos mexer no dinheiro que é de cada um dos deputados, determinando que o seu caminho não será aquele que a lei estabelece. Eu admito que possa ser preciso no recibo de quitação mencionar para onde é que se deve fazer a transferência. Não me parece que se dispense uma autorização expressa de cada um dos membros, a qual deve ser inscrita na senha de presença. Sem prejuízo da votação, é preciso uma anuência expressa de cada um dos titulares do direito. O direito é vosso.”*

**João Coucelo,** fez a intervenção seguinte:

*"Eu informei-me junto do Dr. Joaquim Alberto, de que era possível fazê-lo desta forma: Pedido ao Presidente da Assembleia, que remetesse ao Presidente da Câmara um pedido de autorização para transferência direta para o IBAN da conta, sendo aconselhável que ficasse registado na senha de presença qual o destino pretendido para o valor a receber.”*

**A Assembleia deliberou por unanimidade, aprovar o voto de pesar nos termos propostos autorizando a transferência das verbas relativas às Senhas de Presença desta Assembleia para a conta Solidária com o IBAN da CGD - PT 50 0035 00010010000033042 .**

**Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta para efeitos de imediata execução**

**O Senhor Presidente da Assembleia,** fez a intervenção seguinte:

*"Também tenho aqui uma proposta de um cidadão meirinhense, que tendo em conta estes votos de pesar, me lembrei dele. É um ex-autarca que morreu recentemente, o Senhor Américo Ferreira, que muito fez por Pombal, muitas vezes interveio nesta Magna Assembleia, foi Presidente de Junta, pugnou muito pelo interesse e pelo desenvolvimento da freguesia, quer a nível social, quer a nível da educação. Morreu sem ver um lar pronto, que já se começou a construir há mais de 8 anos e que está agora em fase de conclusão, com um apoio que a nossa Câmara lhe atribuiu. Por tudo o que este homem fez, pela sua frontalidade, pelo seu carácter, pelo seu espírito de trabalho, missão e empreendedorismo, merece integrar nestes votos de pesar e neste minuto de silêncio a sua perda irreparável.*

*Duas das moções foram escritas e foram lidas, a minha moção não foi escrita mas foi sentida.”*

**A Assembleia deliberou por unanimidade, aprovar o voto de pesar nos termos propostos.**

**Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta para efeitos de imediata execução**

**Colocada à apreciação dos membros da Assembleia a admissão das duas para discussão, foram as mesmas admitidas e aprovadas por unanimidade.**

### ***Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade.***

Nesta altura, o **Senhor Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para uso da palavra no âmbito das intervenções na generalidade, tendo-se inscrito os seguintes membros:

**Henrique Falcão,** fez a intervenção que se segue:

*“Eu não era para me referir à questão da rotunda, mas depois da intervenção do Senhor Presidente da Assembleia, eu não posso deixar de me manifestar. Eu acho que a rotunda foi uma*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*obra excelente e está a funcionar muito bem. Antes de ela ser construída tinha dúvidas e agora, sempre que lá passo, vejo a minha vida facilitada. Admito que haja a possibilidade de se fazerem outras coisas.*

*Não posso deixar de falar dos incêndios do norte do distrito de Leiria, para além do voto de pesar pelas vítimas dos incêndios, queria fazer um voto de louvor e agradecimento a todos os bombeiros. Independentemente de existirem falhas, erros e asneiras, os nossos bombeiros, bem ou mal mandados, estão lá, alguns deram a vida pelos outros, e eles de certeza que não são culpados. Eu acho que é de inteira justiça agradecer e louvar o trabalho dos bombeiros portugueses.*

*Neste momento, quando a desgraça nos bate à porta, eu convidava todos os autarcas aqui presentes a pensarem sobre o que aconteceu e vermos que no nosso dia-a-dia há pormenores que nos passam despercebidos e que depois disto já não podem passar. Eu recordo-me que, há um ano atrás, foi convidado a fazer uma viagem às Fragas de São Simão, havia uma estrada muito inclinada, com carros estacionados dos dois lados da estrada, quando quis voltar para trás, tive de ir até ao fim da estrada. Depois deste trágico acontecimento desta semana, veio-me à memória o sítio onde eu estive, que se tivesse acontecido alguma coisa parecida, as vítimas não seriam sessenta e quatro, se calhar seriam seiscentas. Em pequenas iniciativas, nas festas de verão nas nossas freguesias ou em eventos em que há uma grande concentração de pessoas, quem organiza será que pensa num plano de segurança? Depois, atribuir culpas, a quem se calhar até as tem... Eu já estive em várias festas muito agradáveis do nosso concelho, onde o estacionamento é feito à sombra de um pinheiro e onde há sempre lugar para mais um carro, depois de tudo estar lotado, ainda há fogo de artifício lançado que pode correr mal. É nestas alturas que devemos pensar e agir. A própria GNR, está sempre atenta nas festas, mas é mais sentido ao final da noite. Se colaborassem na elaboração de um plano de segurança era importante.”*

**João Coucelo**, fez a intervenção que se segue:

*"Não vou falar de incêndios, mas subscrevo as palavras do Henrique Falcão no que diz respeito ao trabalho dos bombeiros. Trabalho que infelizmente se saudou pela morte de um bombeiro e por ferimentos graves em outros quatro, que ainda estão internados.*

*Não esquecendo a Fago, onde estive, quero saudar o Grupo Desportivo Guiense e a União de Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca, pela organização desta feira, que mostra bem a dinâmica de atividades que há naquela região do nosso concelho. Muitos parabéns pelo sucesso e pela continuação da feira.*

*Queria felicitar a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo pelos seus 100 anos de existência, por se tratar da maior Caixa de Crédito Agrícola a nível nacional, pela importância que ela tem para o tecido económico do concelho de Pombal e por ser uma instituição com uma elevada responsabilidade social, apoiando iniciativas da sociedade civil e das nos coletividades. Muitos parabéns à Caixa de Crédito Agrícola e que continue com a pujança que tem tido ao longo de todos estes anos.*

*Relembrar o 40.º aniversário do Núcleo de Deporto Amador de Pombal, que é a instituição de desporto amador com a maior diversidade de atividades desportivas do concelho de Pombal, que faz aquilo que nós muito precisamos, que é a orientação dos jovens para a promoção de hábitos de vida saudável e dar-lhes o gosto pela competição coletiva. Recordo que as minhas filhas foram campeãs nacionais de basquetebol, o que foi uma sensação muito agradável.*

*Felicitar o Sporting Clube de Pombal, pelos êxitos alcançados, sobretudo nos escalões juvenis e juniores, na promoção ao escalão nacional, o que muito nos satisfaz. É nas classes de formação que se deve apostar; é esse o caminho desportivo para o nosso concelho.”*

**Odete Alves**, fez a intervenção que se segue:

*"Reitero o voto de pesar que foi subscrito por esta bancada há poucos instantes e quero manifestar o nosso pesar por aquilo que aconteceu e manifestar também toda a solidariedade*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*desta bancada para com as populações afetadas. O nosso pensamento, e penso que o de todos os portugueses em geral, estão com esta população, com as vítimas e com os seus familiares. Quero deixar uma nota de agradecimento e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos bombeiros que tudo deram, até mesmo a própria vida, para combater este flagelo e diminuir os efeitos desta tragédia.*

*O Município anunciou no seu portal, com algum destaque, a abertura do pólo escolar, dizendo que estaria concluído e a funcionar em setembro e convidava todos os pais a fazerem as matrículas do pré-escolar e do 1.º ciclo. O que muitos pais e encarregados de educação não sabem é que o novo pólo escolar não vai ter capacidade para responder às necessidades de todas as turmas da freguesia de Pombal. Na verdade, este pólo escolar vai acolher quatro turmas do pré-escolar e seis turmas do 1.º ciclo, duas de 1.º ano, uma de 2.º ano, duas de 3.º ano e uma de 4.º ano. As restantes turmas ficarão na escola Conde de Castelo Melhor e nas restantes escolas e estabelecimentos de ensino afetos ao Agrupamento de Escolas de Pombal. E na Escola Conde de Castelo Melhor funcionará com turmas do 1.º ao 4.º ano. Já anteriormente manifestámos a nossa profunda discordância com esta má opção política de construir um pólo escolar subdimensionado e que não responde minimamente às necessidades desta freguesia. Na verdade não se aumenta a capacidade de turmas, cria-se apenas melhores condições para os alunos. De qualquer modo vão haver alunos de “primeira” e alunos de “segunda”, vão haver alunos com condições excecionais para poder aprender e desenvolver as suas capacidades e outros que vão ficar na escola velha com condições absolutamente diferentes para pior. Parece-nos que se impunha também ao Município, quando fez esta publicação no seu portal, que tivesse esclarecido os pais e encarregados de educação acerca destas questões e que tivesse já criado condições, sabendo que o pólo escolar não ia conseguir acolher todas as turmas, para que a Escola Conde de Castelo Melhor tivesse melhores condições para diminuir este contraste entre os alunos que vão para o pólo escolar e alunos que vão para a Conde. Para quando este esclarecimento aos pais e para quando se preveem a realização de obras na Conde, se é que elas se vão realizar, sendo certo que as crianças que lá vão ficar serão duplamente penalizadas, porque não só ficam na escola velha por sorteio, como terão os constrangimentos, caso a escola venha a ser requalificada, de serem deslocados para uma outra escola. Ainda quanto a esta questão das escolas, espanta-me que se construa um pólo escolar e que o pólo escolar não tenha cozinha. As refeições vão continuar a ser confecionadas na Conde e depois transportadas para o pólo escolar. A desculpa de que é a filosofia dos pólos escolares é uma desculpa esfarrapada e que se calhar devia ter a coragem, contrariando essa filosofia que não está minimamente justificada, construir a cozinha no pólo escolar de Pombal. Outra questão em que eu creio que o Município terá tomar algumas precauções para o futuro, é questão da qualidade das refeições que estão a ser servidas aos nossos meninos e que deixam muito a desejar. Eu posso dizer que, não é só uma deficiente confeção, mas também, uma péssima qualidade dos ingredientes utilizados. A comida não presta, muitas crianças simplesmente não comem. É um problema que já é recorrente. É certo que é a Junta de Freguesia que tem a seu cargo a competência de contratação da prestadora de serviços, mas a verdade é que apesar de todas as diligências que o Agrupamento e a Junta fizeram, o problema persiste e a comida continua a ser uma porcaria. O termo é mesmo este. De pouco serve fazerem-se ações de sensibilização de cozinha saudável e fazerem-se auditorias às cozinhas e refeitório, se depois continuamos a ter este problema. Eu convidava o Senhor Presidente, que certamente é conhecedor destes problemas, a tomar providências para o próximo ano letivo, porque existe agora a possibilidade de renovar ou não este contrato de prestação de serviços com a empresa e tentar resolver este problema.*

*Gostava de saber o ponto de situação do CIMU Sicó, já que passaram dois meses desde a última Assembleia, e a obra continua parada. Gostava de saber algumas novidades sobre este assunto.*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Um tema que foi introduzido pelo Senhor Presidente na última Assembleia Municipal a que, para facilitar, vou chamar-lhe “processo do muro de Abiul”, que levou ao pagamento pelo Município de um valor superior a 500.000 € a uma munícipe chamada Cristina Pontes. Na Assembleia anterior fiquei com a ideia que o Senhor Presidente da Câmara assumiu aqui que não teve responsabilidades no desfecho deste processo e que essa responsabilidade caberia ao anterior Presidente de Câmara. Analisámos toda a documentação que nos foi enviada, extensa, e concluímos que há uma partilha de responsabilidades entre vários intervenientes neste processo. Eu não vou focar-me nas más opções técnicas que foram tomadas, porque essa matéria não importa para este órgão, e vou-me focar nas opções políticas que foram tomadas neste dossier. Para isso é importante enquadrar os intervenientes e as diligências processuais e a posição do Município nesta matéria. Vou recordar que esta ação foi instaurada pela Munícipe Cristina Pontes contra seis réus, entre os quais a Junta de Freguesia de Abiul e o Município de Pombal, que depois esses réus passaram a ser só três, dois privados e o Município de Pombal. Nesta ação, a autora pedia a construção de um muro de suporte de terras e o pagamento de uma indemnização, que no início era apenas 1.078 contos. Os factos que dão origem a esta ação prendiam-se com a escavação e a recolha de barro, saibro e terras no imóvel contíguo ao desta munícipe, feita ao longo de vários anos e que levou ao desmoronamento da propriedade da munícipe. Foi feita uma transação neste processo em 2003 e nesta transação os dois réus, pessoas singulares, assumiram a construção do muro de suporte de terras e o Município forneceria os materiais, os serviços de máquina e demais meios necessários. Esse muro deveria ser concluído até ao dia 30 de setembro de 2003. Este acordo foi homologado por sentença e as partes foram obrigadas a cumpri-lo. O que sucedeu é que nada disto foi feito, ou seja, nem os materiais foram fornecidos nem o muro foi feito. Por tal facto, isto deu origem à instauração de uma execução para prestação de facto e a autora optou pela indemnização por incumprimento. Entretanto foi feita uma proposta ao Município para a compra do terreno por 150.000 €, que não terá sido aceite. Já em 2009 a munícipe deduziu um incidente de liquidação e fixou o valor da indemnização por incumprimento em 127.000 €. Notificado, o Município não se opôs. Foi feita uma avaliação por uma perícia colegial que fixou o valor da construção daquele muro de betão em sensivelmente 315.000 €. A munícipe pediu a fixação da indemnização nesse valor, o Município mais uma vez não responde. Em 2014, há um julgamento e em 2015 é proferida uma sentença. O Município recorreu, o Tribunal de Relação não lhe deu razão e em fevereiro de 2016 confirmou a sentença do tribunal de primeira instância. Recorreu ainda a Câmara para o Supremo Tribunal de Justiça, que não admitiu o recurso. O Município reclamou da não admissão, que foi indeferido e depois recorreu para o Tribunal Constitucional que também decidiu que não conhecia daquele recurso. Desta sucessão de factos há uma coisa que salta à vista: Como é que passámos de um valor inicial de pouco mais de 5.000 € para um valor final mais de meio milhão? A resposta, do nosso ponto de vista, é simples: Irresponsabilidade política e arrogância no tratamento deste assunto. Foi isto que aconteceu. Parece-nos que o Senhor Presidente em funções não se pode afastar da sua responsabilidade sobre este assunto, até porque, a partir de 2013, altura em que tomou posse, e perante o cenário daquele processo, cujo desfecho era mais do que previsível, tinha a obrigação de resolver esta situação. Fosse pela compra do terreno, fosse pela negociação do valor da indemnização e não continuar a empurrar com a barriga – o termo é mesmo este – a gastar dinheiro em custas e a engrossar o valor de juros moratórios. Eu deixo esta pergunta ao Senhor Presidente, quanto é que o Município já suportou de custas neste processo todo? Qual é o ponto de situação da ação de direito de regresso, que estará pendente, e da ação de enriquecimento sem causa, que eu penso que também está pendente?”*

**Ofélia Moleiro**, fez a intervenção que se segue:

*"É meu dever comunicar nesta Assembleia que me desfiliei do PSD, partido de que era militante desde 1997, no qual, durante 20 anos, desempenhei vários cargos. Porém, tendo sido eleito na*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*lista do PSD para a Assembleia Municipal de Pombal, ocupo agora um lugar na condição de independente. Não abandono a minha participação cívica em Pombal. Sou, convictamente, Social-Democrata nos valores mais nobres da sua ideologia, estarei sempre ao lado dos mais desfavorecidos, batendo-me por uma sociedade mais justa, mais próspera e mais solidária. Continuo na frente de batalha contra as desigualdades sociais, lutando pela igualdade de género, de raça e de opção sexual. Pelo acesso de todos à saúde, à educação, ou ensino e à cultura. Estarei sempre com Pombal. Serei sempre uma cidadã interveniente até que a voz e a razão me faltem, até ao fim da minha vida.”*

**Jorge Neves**, fez a intervenção que se segue:

*"Esta bancada também assinou o voto de pesar que foi proposto. Nós trazemos uma moção, que já entreguei a todos os líderes de bancada, sobre o que se passou no passado fim de semana.*

*Solidariedade com as vítimas dos incêndios na região do Pinhal Interior Norte. Defender a floresta, a agricultura familiar e a produção nacional.*

*Os trágicos acontecimentos decorrentes dos incêndios que deflagraram na região do Pinhal Interior Norte, nomeadamente em Pedrogão Grande e outros concelhos adjacentes do Distrito de Leiria, tiveram dramáticas consequências humanas, sociais, económicas e ambientais.*

*Os problemas da floresta portuguesa e as catástrofes como as que agora aconteceram, não resultam apenas das condições climatéricas extremamente adversas que se verificaram. Decorrem também da destruição da pequena e média agricultura, do desaparecimento de muitos milhares de explorações familiares e da desertificação do mundo rural e do interior do País.*

*Catástrofes como esta são ainda indissociáveis da aplicação da PAC e das suas desastrosas reformas, bem como do resultado de políticas agro-florestais, orçamentais e de serviços públicos contrárias aos interesses dos agricultores e do mundo rural.*

*Estes trágicos acontecimentos obrigam à reflexão e à decisão sobre medidas em três aspectos essenciais:*

*Os meios que a Protecção Civil tem ao seu dispor para o combate aos incêndios, tendo em conta o quadro climatérico que será, previsivelmente, bastante adverso, nomeadamente quanto a investimentos em meios terrestres e aéreos e outros equipamentos colectivos.*

*As condições de intervenção dos operacionais que estão e continuarão a estar no terreno durante as fases mais agudas da época de incêndios - nomeadamente quanto à formação ministrada; aos equipamentos individuais; às condições materiais para o desenvolvimento das suas tarefas (designadamente quanto à valorização do pagamento às Equipas de Combate a Incêndios Florestais); e quanto à disponibilidade de meios humanos nas corporações de bombeiros tendo em conta os graves problemas sociais que persistem e o elevado nível de emigração com especial incidência nas regiões rurais.*

*A “Reforma Florestal” do Governo PS que não responde aos principais problemas da floresta portuguesa, ao trabalho de prevenção de incêndios e à defesa da floresta. Significa uma continuação da política de anteriores governos e contribuirá para agravar esses mesmos problemas.*

*Assim, a Assembleia Municipal de Pombal, reunida no dia 23/06/2017:*

*1 - Expressa a sua profunda consternação pela perda de vidas nesta catástrofe – tão mais dolorosa quanto em tão elevado numero - e expressa os seus pêsames e sentimentos de solidariedade a todos os familiares e amigos das vítimas.*

*2 - Sublinha, valoriza e expressa o seu reconhecimento pelo abnegado e corajoso trabalho dos bombeiros e de outros profissionais da protecção civil, realizado em condições atmosféricas manifestamente difíceis e profundamente adversas à missão de combate a incêndios.*

*3 - Considera que as autoridades competentes, nomeadamente o Governo português, devem decidir celeremente de todos os apoios do Estado possíveis para apoiar os que perderam os seus entes queridos, as suas habitações, explorações agrícolas, florestais ou outros bens materiais.*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

4 - *Considera que para evitar tragédias como a que afectou e afecta vários concelhos do Distrito de Leiria se devem considerar um conjunto de medidas que dêem resposta às seguintes questões essenciais.*

*A inversão da tendência da desresponsabilização do Estado na gestão da floresta, na prevenção e combate a incêndios e no ordenamento do território e combate à desertificação.*

*A inversão do esvaziamento humano de estruturas da Administração Central e a rarefacção de meios financeiros para a floresta e para o apoio à actividade agrícola.*

*O desenvolvimento económico e social das regiões mais afectadas pela desertificação humana, nomeadamente em virtude da emigração por razões sociais.*

*A adopção de uma política que rejeite a monocultura do eucalipto, planifique o seu cultivo, obedeça a critérios de dimensão e de localização, reabilite outras manchas florestais e outros usos do solo, que diversifique e enriqueça a economia e a paisagem e dê especial atenção a reabilitação das linhas de água.*

*A valorização e a importância do papel dos pequenos produtores e compartes dos baldios, nomeadamente por via de mais meios e poder de decisão às suas associações.*

*O problema central do baixo preço do material lenhoso.*

*O ordenamento da floresta, designadamente através da elaboração do Cadastro Florestal com os meios financeiros adequados.*

5 - *Decide dar enviar esta moção às seguintes entidades: Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República; Exmo. Senhor Primeiro-Ministro; Exmo. Senhor Ministro da Agricultura, florestas e desenvolvimento rural; Exma. Senhora Ministra da Administração Interna; Grupos Parlamentares; Exmo. Presidente da República.”*

**Odete Alves**, fez a intervenção que se segue:

*“Embora não concordemos com algumas afirmações que estão feitas na primeira página desta moção, concordamos com os quatro pedidos finais. Não concordamos com o enquadramento inicial.”*

O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a moção apresentada pelo PCP, supra transcrita:

**A Assembleia deliberou por unanimidade, aprovar o voto de pesar, bem como remeter às entidades propostas, nos termos supra transcritos.**

**Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta para efeitos de imediata execução.**

**Michäel António**, fez a intervenção que se segue:

*"Falei com quem elaborou a proposta e considerando que, independentemente do teor da proposta, que trata da questão dos incêndios e do ordenamento do território. Eu tinha uma intervenção preparada a respeito do tema, penso que será a oportunidade para a fazer, uma vez que o tema é o mesmo. Eu vou fazer uma intervenção muito concreta e específica sobre este assunto..."*

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, fez a intervenção que se segue:

*"Senhor Deputado, quando chegar a sua vez de falar... Só sobre a proposta."*

**Pedro Pimpão**, fez a intervenção que se segue:

*"Hoje podiam ser vários os assuntos a merecer destaque nesta Assembleia, mas creio que estamos todos solidários com a tragédia que assolou o norte do distrito de Leiria. Este tema, naturalmente se sobrepõe a qualquer um, porque o que aconteceu em Castanheira de Pêra, em Pedrógão e Figueiró dos Vinhos poderia acontecer em Pombal, como já aconteceu no passado. Este momento é de solidariedade e de união. Eu próprio, que acompanhei de perto as ocorrências – acho que era minha obrigação – e aquilo que vi e ouvi guardo e reservo para mim. Acho que nem haveriam palavras suficientes para descrever o que se passou. O que lá se passou foi tão forte e impactante que não pode deixar ninguém indiferente. Naturalmente, o que compete*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*às autoridades competentes é apurar o que falhou e o que correu menos bem. É isso que as pessoas nos pedem, aquilo que as populações de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande nos pediam quando estávamos com elas era respostas para o que aconteceu. Eu acho que as entidades com responsabilidade devem, com serenidade, encontrar respostas e soluções para evitar que uma tragédia como esta se volte a repetir. Quando se trata de descobrir a verdade e evitar que isto volte a acontecer não há politiquices nem partidos.*

*Na Assembleia Municipal de Pombal acho que nos fica muito bem falar no papel que os nossos bombeiros tiveram e a na onda de solidariedade que se vive no país inteiro, que foi extraordinária. Desde de domingo de manhã que tive pessoas a ligarem-me e a mandarem-me sms e e-mail's a disponibilizarem-se para irem ajudar, para levarem alimentos, a perguntar como é que podiam ser úteis para ajudar. Isso é extraordinário. O nosso quartel – eu não estive cá porque estive em Pedrógão e Castanheira – esteve cheio de voluntários, dezenas e centenas, a ajudar de manhã à noite. Foi colocado que vinha um camião e que era preciso ajuda para o carregar, passados 10 minutos tínhamos mais de 100 pessoas no quartel para ajudar. Isto é extraordinário. É uma lição que nós levamos da resposta que as pessoas dão a uma situação destas. Os nossos escuteiros partiram no domingo, às 8 da manhã, para Pedrógão Grande e foram uma ajuda extraordinária no apoio logístico que estava bastante desorganizado. Isto tem muito valor. Os voluntários e a Cruz Vermelha foram notáveis nestes dias. A nossa comunidade nem é preciso ser chamada a ajudar. As Juntas de Freguesia e Câmara Municipal tiveram um papel importante com um envio de uma máquina de rasto para o incêndio e com outras iniciativas de apoio logístico. Tudo isto merece uma palavra de reconhecimento. A minha intervenção termina dizendo que esta onda de solidariedade não pode parar, porque aquelas populações e aquele território, já marcado pela interioridade, vai continuar a precisar do nosso apoio, do apoio de todos, independentemente das nossas funções. Vai demorar anos e anos a recuperar e a reerguer das cinzas tudo o que ardeu. O meu apelo é para que a solidariedade se mantenha, porque as televisões e as rádios vão sair daquele território, uma vez que, já acabou a parte onde eles tinham interesse do ponto de vista da informação e do mediatismo.”*

**Ricardo Ferreira**, fez a intervenção que se segue:

*"Não compreendo, novamente, uma vez que foram feitas inscrições numa determinada ordem, porque é que a mesa há-de alterar a ordem das intervenções. É uma espécie de Via Verde.”*

**Carlos Silva, Secretário da mesa da Assembleia**, fez a intervenção que se segue:

*"Eu passo a explicar. Penso até que já expliquei isto com o senhor presente. Nós, já há bastante tempo, optámos por intercalar as intervenções consoante o partido que representam. Ou seja, o senhor está a falar a seguir a um elemento ou do Partido Socialista ou do Partido Social Democrata. Como o PSD tem muito mais deputados do que o PS ou o CDS é raro intervir um elemento do CDS a seguir a um do PS ou do Partido Comunista. No fim eu posso explicar melhor.”*

**Ricardo Ferreira**, fez a intervenção que se segue:

*"A minha intervenção tem a ver com um novo Decreto-Lei n.º 64/2017, que foi publicado há cerca de 10 dias atrás, portanto é recente, que define novas regras para a construção e exploração pelos municípios de centrais dedicadas à produção de energia a partir de biomassa florestal. Diz-nos o Decreto-Lei, no seu artigo 1.º, passo a ler, “o presente decreto-lei define um regime especial e extraordinário para a instalação e exploração, por municípios ou, por decisão destes, por comunidades intermunicipais ou por associações de municípios de fins específicos, de novas centrais de valorização de biomassa, definindo, ao mesmo tempo, medidas de apoio e incentivo destinadas a assegurar a sua concretização, com o objetivo fundamental da defesa da floresta, do ordenamento e preservação florestais, e do combate aos incêndios.” Ora, nesta lógica de aposta no setor florestal no concelho de Pombal, coisa que o CDS defende, esta possibilidade de acolher uma central de biomassa é por nós vista como um investimento estrutural, estratégico e*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*necessário para o nosso concelho. Se tivermos em conta, por exemplo, o contributo que estas centrais podem ter na dinamização do mercado de sobrantes florestais e, indiretamente, o fomento de boas práticas de gestão e exploração florestal sustentável. No negócio da biomassa o fator crítico muitas vezes é o custo dos transportes da biomassa em bruto. O que muitas vezes acontece, e no nosso concelho não é exceção, é a permanência de grandes quantidades de sobrantes florestais no meio das nossas florestas durante largos períodos de tempo, precisamente porque quando alguém quer vender a sua madeira quer obter o máximo de lucro possível e não está disposto a suportar os custos de limpeza ou de transportes dos sobrantes e resíduos, que contribuem para a rápida propagação dos incêndios. Para o CDS, isto poderia significar uma mudança do paradigma em Pombal, ou seja, em vez de o Município atuar de forma coerciva, através do aumento do IMI ou da aplicação de coimas, a presença de uma central de biomassa, a incentivar as boas práticas de exploração florestal, seria mais rentável para os proprietários florestais. Deixo a nota que o acolhimento de uma central de biomassa, que creio que já foi discutido em 2006 nesta Assembleia, faria todo o sentido numa óptica complementaridade à OPA florestal, pese embora ainda existam dúvidas sobre como irá funcionar. Pedimos que o executivo tome as medidas necessárias para liderar uma candidatura com vista ao acolhimento no nosso concelho de uma central de biomassa previstas no decreto-lei. Queria perguntar, caso tenham conhecimento do decreto-lei, o que pensa o executivo sobre este tema e o que já estará a ser feito.”*

**Pedro Brilhante** , fez a intervenção que se segue:

*"A JSD tem, ao longo dos últimos anos, firmado a sua matriz de estrutura juvenil partidária ativa e empreendedora na discussão e apresentação de ideias e propostas. Têm sido várias as áreas de atuação às quais a JSD se tem dedicado a sua atenção, desenvolvendo atividades e discussões, mas, sobretudo, apresentando propostas claras, objetivas e sérias. Propostas essas que pretendem dar contributos para o futuro dos jovens pombalenses, para todos os pombalenses e para Pombal. Desta feita, a JSD propôs-se a discutir internamente o potencial que Pombal tem para ser o local, por excelência, para a fixação de empresas e qual a estratégia a adotar para que essa fixação se verifique cada vez mais. Portanto, mais empresas significam mais mão de obra, mais emprego e, por conseguinte, mais pessoas. Sendo a JSD uma estrutura representativa dos jovens, é evidente que a criação de mais postos de trabalho em Pombal, antes de atrair novos habitantes, contribui para evitar que os jovens pombalenses tenham de sair de Pombal para lograrem obter emprego. Assim, elencadas as preocupações e definido o tema, a JSD promoveu a discussão do mesmo, como é seu apanágio, convidando para um brainstorming o conhecido empresário e político Henrique Neto, que para além de todo o seu conhecimento sobre a temática, tem a particularidade de ser um dos primeiros empresários não pombalense que em tempo escolheu Pombal para desenvolver a sua indústria, que é hoje uma das mais relevantes do nosso concelho. Posto isto, a JSD desenvolveu uma proposta, que intitulou "Pombal Mais Investimento", que avança um conjunto de medidas que visam a atração de investimento para Pombal e a afirmação deste concelho como um território de excelência para a fixação de empresas. Proposta já apresentada ao executivo no passado dia 17 de maio, em reunião com o Senhor Presidente Diogo Mateus. Assim, ao realizar a proposta "Pombal Mais Investimento" a JSD definiu cinco prioridades distintas mas com pontos de contacto evidentes entre si, prioridades que considera estrategicamente relevantes e aptas para conseguir atingir os fins últimos da nossa proposta: o desenvolvimento da economia do concelho e a manutenção e captação de população. Assim, as prioridades a executar são as seguintes: 1) elaboração do plano municipal de atração de investimento, que seja um espelho de uma reflexão desenvolvida na componente teórica com foco na estimulação da aposta empresarial no concelho, vertida num documento promotor do atrativo pombalense, que simplifique procedimentos e esclareça novas metodologias mais voltadas para o futuro, mais estratégicas e focadas em prioridades; 2) a criação do conselho de desenvolvimento*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*económico, presidido pelo Senhor Presidente da Câmara, que reúna um grupo alargado de empresários representativos dos setores mais relevantes, que embora sendo consultivo deverá ter uma participação ativa na definição da estratégia de atração de investimento; 3) captação de investimento para o concelho de Pombal através do recurso a embaixadores de Pombal, profissionais contratados que efeturam a promoção do nosso concelho, quer em Portugal, quer no estrangeiro, evidenciando as nossas características diferenciadoras para a fixação de empresas; 4) espaço pombal, que será um espaço com salas de reunião e de trabalho localizadas em cidades chave do país, como Lisboa ou Porto e, eventualmente, no estrangeiro, que poderão ser utilizadas por empresas pombalenses ou que invistam em Pombal, assim as empresas podem fixar-se numa cidade com preços mais atrativos para compra de terreno, com mão de obra qualificada, com boas acessibilidades e um conjunto de outras vantagens, deixando contar com a possibilidade de terem um espaço à sua disposição nos grandes centros; 5) a criação do terminal ferroviário no Parque Industrial Manuel da Mota, sabendo que este seria um objetivo de longo prazo e não dependendo do poder local, pensamos que seria um fator diferenciador deste nosso parque industrial e que permitiria uma racionalização dos custos às empresas aqui existentes. Assim, defendemos que este deverá ser uma reivindicação do Município junto das entidades competentes. A JSD, com mais esta proposta, investe o seu melhor, que a tem caracterizado nos últimos anos, o espírito construtivo e de “proposta na mão”, em prol de Pombal e dos pombalenses. Com esta proposta a JSD quer continuar a dar o seu contributo a uma temática tão importante para todos, incluindo naturalmente os jovens. Mais investimento e mais empresas traduz-se em mais postos de trabalho, e por conseguinte, em mais jovens a fixarem-se no nosso concelho.”*

**António Roque**, fez a intervenção que se segue:

*"Segundo o Relatório da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, este território é uma região que, infelizmente ainda caminha a duas velocidades. Os dados publicados mostram um quadro nada feliz para o nosso concelho, que tantas vezes foi apelidado de concelho de charneira. Mas essa charneira não passa de uma grande falácia para o povo adormecer à sombra da laranjeira. Vamos então aos números que nos indicam o posicionamento de Pombal em relação aos outros concelhos da CIM. Receitas da Câmaras em milhares de euros: Leiria – 64078; Pombal – 38525; Marinha Grande – 22049; Porto de Mós – 16282; Ansião – 10413; Alvaiázere – 10257; Batalha – 9685; Figueiró dos Vinhos – 7157; Pedrógão Grande – 5476; Castanheira de Pêra – 4564. Temos, portanto, a concluir que em termos de receitas, Pombal está posicionado logo a seguir à capital de distrito, até aqui tudo bem. Os números do poder de compra per capita, face ao valor 100 na média do país, temos então esta verdade nua e crua, a frieza dos números não mente. Leiria – 103; Marinha Grande – 100; Batalha – 86; Pombal – 85; Porto de Mós – 82; Ansião – 74; Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pêra – 70; Pedrógão Grande – 69. Podemos então concluir que, na vertente do poder de compra per capita, estamos mais próximos dos concelhos do Pinhal Interior, do que das cidades desenvolvidas. Pergunto então ao Senhor Presidente da Câmara quais são os concelhos de charneira, se é Leiria e Marinha Grande. Seguimos agora para o índice de envelhecimento da população. Aqui a frieza dos números também desmonta o concelho de charneira. Percentagem de idosos, ou seja, pessoas com 65 ou mais anos por 100 habitantes: Leiria – 18,7; Batalha – 19,6; Marinha Grande – 20,7; Porto de Mós – 21,6; Pombal – 23,8; Ansião – 26,7; Figueiró dos Vinhos – 31,2; Pedrógão Grande – 31,4; Alvaiázere – 32,3; Castanheira de Pêra – 33,3. Como se pode verificar por estes números, Pombal só se posiciona à frente dos concelhos do Pinhal Interior. Para terminar, apresento o valor da remuneração média dos trabalhadores por conta de outrem: Marinha Grande – 951 €; Leiria – 821 €; Castanheira de Pêra – 788 €; Porto de Mós – 766 €; Batalha – 754 €; Pombal – 745 €; Ansião – 692 €; Figueiró dos Vinhos – 687 €; Pedrógão Grande – 660 €; Alvaiázere – 623 €. Como se pode verificar por estes números, Pombal só se posiciona à frente de*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*alguns concelhos do Pinhal Interior, sendo até ultrapassado por um, pois neste fator, Pombal só tem quatro concelhos com pior resultado. Perante estes dados, quero fazer-lhe a última pergunta deste mandato, pois em setembro não deve haver clima para perguntas, quanto mais para respostas coerentes. Senhor Presidente, considera-se satisfeito com estes resultados?”*

**Avelino António**, fez a intervenção que se segue:

*“Depois da maior tragédia de sempre, onde pereceram 64 vidas no distrito de Leiria, é hora de refletir no que fazer no nosso concelho para prevenir situações como as que aconteceram em Pedrógão Grande e concelhos vizinhos. Na freguesia das Meirinhas predominam, cada vez mais, as plantações de eucaliptos após o derrube de pinheiros e outras árvores nativas. Só nas proximidades do pavilhão gimnodesportivo e nas traseiras do campo de futebol surgiram recentemente cinco novos eucaliptais, em menos de um ano. Também noutras zonas de terreno fértil, onde outrora se cultivavam legumes, cereais e se mantinham árvores de fruta, hoje, deparamo-nos com eucaliptos. Acho que é hora da fiscalização ir para o terreno e atuar sem dó nem piedade contra aqueles que, sem qualquer licenciamento, inundam a nossa floresta de eucaliptos e depois abandonam até que um dia o fogo tome conta. Estou certo que o Município de Pombal tirará conclusões destes últimos acontecimentos e agirá em conformidade, de forma a proteger a floresta que queremos para o nosso território.”*

**Pedro Silva**, fez a intervenção que se segue:

*“Este é o momento e o local para congratular as entidades competentes, nomeadamente o Município de Pombal, por ter garantido os galardões conseguidos para a praia do Osso da Baleia, pertencente à freguesia do Carriço, única do concelho de Pombal. Estes galardões significam que a praia do Osso da Baleia continua a ser uma praia de qualidade, o que deve ser uma honra para a freguesia do Carriço e, com certeza, para todos os pombalenses. Destaca-se a distinção pelo 14.º ano consecutivo com Bandeira Azul, símbolo que atesta a qualidade ambiental desta estância balnear. A distinção desde 2005 de Praia Acessível, apresentando condições de acessibilidade a pessoas com problemas de mobilidade. A distinção de Praia Dourada desde 1998, atribuída às praias que apresentam valores singulares. E ainda, a distinção de Qualidade Ouro, galardão atribuído pela Quercus, às zonas balneares em que as águas apresentam os melhores resultados, em termos de qualidade. Para isto, muito contribuiu toda a limpeza a manutenção efetuadas, anos após ano, pelas várias entidades competentes. Este ano não foi exceção e a Junta de Freguesia do Carriço voltou a associar-se às iniciativas do Município no que diz respeito à limpeza no início da época balnear, onde participaram mais de 330 escuteiros e foram recolhidos cerca de 2.380 quilos de resíduos. Esta ação de limpeza envolve uma grande logística, e também aqui quero deixar o agradecimento e reconhecimento público a todos os envolvidos. A Junta de Freguesia assegurará também, como sempre, a limpeza da praia e da zona envolvente, entre outras, durante todo o verão e continuará disponível e empenhada em colaborar. Algumas novidades e inovações têm sido implementadas, mas gostaríamos de mais, este é um local cheio de potencial turístico, dado ao seu excelente património natural, pertinente e importante para o desenvolvimento local da freguesia e do concelho. Consideramos que esse potencial ainda está subaproveitado e é preciso renovar e inovar as infraestruturas, apostar na divulgação, criar condições logísticas de alojamento e alimentação, potenciar recursos naturais envolventes, criando circuitos e atividades para que a oferta não se cinja só à praia e haja complementaridade. A Junta de Freguesia do Carriço continua disponível e empenhada em colaborar para que a qualidade dos serviços prestados nesta praia esteja assegurada e para que se crie mais e melhores condições para se tornar mais procurada e uma praia de excelência de modo a que isto traga repercussões positivas para a freguesia e para o concelho, não esquecendo tudo a fazer de modo a preservar e salvaguardar a riqueza natural existente. Deseja-se ainda que, ano a após ano, se melhore as condições gerais da praia e que seja possível arranjar condições e encontrar formas de atrair os locais e visitantes para todas as atividades da*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*freguesia e do concelho, de forma a promover o desenvolvimento local integrado e sustentável deste território. O Município pode contar com a Junta de Freguesia do Carriço para isso.”*

**Manuel Serra**, fez a intervenção que se segue:

*“Faço minhas todas as palavras de lamento e condolências com as vítimas do incêndio do Pinhal Interior.*

*Na última Assembleia Municipal de dia 27 de abril deparámo-nos com uma intervenção do público, sobre a qual gostaria de tecer alguns comentários. Não me parece legítimo o público utilizar este fórum e a prerrogativa regimental que dá a palavra ao público para ser usado como um espaço de comentário político. E quando esses comentários se transformam em arma de arremesso político sobre os responsáveis municipais, brandindo argumentos que questionam e põem em causa até a honorabilidade dos visados, com juízos de valor sobre as ações relacionais que só têm a ver com o funcionamento interno da Câmara, sendo evidente a intenção de pôr em causa a integridade e razoabilidade do mentor ou mentores legítimos de tais iniciativas. Isso ultrapassa, em muito, o tolerável porque a política pura e a opinião de cada um discute-se nos cafés, nos jornais, no Farpas, nos comícios e nas reuniões partidárias, jamais na Assembleia Municipal. Há ainda que deixar claro que este fórum é o local de discussão e decisão dos representantes legítimos do voto popular expresso e não a presumível “casa da democracia”, em que, sob essa falsa desculpa, qualquer um pode vir mandar e desmandar nas personagens eleitos que ama ou odeia. Parece-me, Senhor Presidente da Assembleia, que este aspeto deveria ser prontamente comentado e sustido por vossa excelência, que não deve permitir esse tipo de intervenção, mas que vossa excelência infelizmente deu todo o espaço. Note-se que a Assembleia da República é a nossa “casa da democracia” máxima e, ali a nenhum membro do público é permitido qualquer tipo de manifestação ou sequer utilizar o telemóvel com sms. Identicamente, nesta Assembleia Municipal, não deve poder ser palco de intervenções do público de carácter político como a que assistimos na última sessão. Sugiro assim, que se aplique uma emenda ao regimento desta Assembleia refinando os parâmetros em que são aceites as intervenções do público, bem como exigindo o conhecimento prévio do assunto que se pretende abordar, ficará então mais fácil a interpretação e atuação do Senhor Presidente da Assembleia.*

*Finalmente, entrou em funcionamento no dia 29 de maio a Unidade de Saúde Familiar Pombal Oeste, sita na Guia, servindo em termos modernos e funcionais uma população de cerca de dez mil pessoas, da minha união de freguesias e do Carriço, com um quadro completo de seis médicos, seis enfermeiros e cinco administrativos, curiosamente tudo no feminino, a dar evidência ao facto de que, talvez por essa razão de género, a qualidade de atendimento surja mais rápida e mais afável. Este novo organismo público de prestação de cuidados de saúde primários à população tardou em ver o seu arranque, embora fosse o primeiro de todo o concelho a candidatar-se a essa forma estrutural, o que prova que neste concelho algumas melhorias podem ter partos difíceis, mas que, com o empenho de todos, mais tarde ou mais cedo, sempre surgem e acrescentam conforto, amparo e resposta a quem se dedicam. Foi com algum sofrimento das populações que esta nova estrutura nasceu, dado que concentrou e encerrou cinco extensões de saúde mais distribuídas no espaço, com as imediatas interrogação sobre as dificuldades de acesso acrescidas pelo aumento da distância. Porém, a Câmara e as Juntas de Freguesia, com cada vez mais preocupações sociais, protocolaram formas de dar resposta ao acesso aos mais carenciados e necessitados, financiando e criando os meios que permitam o seu transporte gratuito, sendo assim, mais um acréscimo de serviço, até agora inexistente. Já anteriormente existiam necessitados, também distantes dos seus centros de saúde, mas sem qualquer resposta pública às suas necessidades. Aproveitada politicamente a situação pelos oportunistas do argumento fácil e da demagogia barata, com a promessa de intervenções providenciais que consolassem o sentimento, não esclarecido, das populações, tais como: clínicos que nunca apareceram porque nunca existiram, irreversibilidades mágicas sem sentido,*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*contribuiu este fervor político para o atraso das decisões que há muito estavam tomadas, com os prejuízos que todos sabemos. Existem, quando se atrasam projetos estruturantes. Aos seus promotores o nosso agradecimento pelos serviços prestados à nação. Aconteceram, no Carriço, no dia 21 e na Guia e Mata Mourisca, no dia 22, a tão necessária cessão informativa aos munícipes, pedida há muito pelas autarquias à Saúde, protagonizadas pelo coordenador do ACES do Pinhal Litoral, Dr. Pedro Sigalho, ainda era o Dr. João Ribeiro que detalhadamente explicaram a forma de atuação futura e as suas vantagens, o que as pessoas vão beneficiar e que anteriormente não tinham, a que se juntou a informação sobre o transporte social gratuito, implementado pela Câmara Municipal e pelas Juntas de Freguesia. Com estas iniciativas fechou-se este círculo de alterações na saúde local, explicaram-se as vantagens, descansaram-se os espíritos e pacificaram-se as populações. Sendo importante agora a avaliação dos serviços prestados e verificado o grau de satisfação individual, de forma a irmos uma sociedade com estruturas e valores cada vez mais evoluídos. Ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores só posso agradecer o contínuo acompanhamento e solidariedade nas realizações que vamos conseguindo, na qual se destaca, recentemente, a construção do novo parque de estacionamento da Unidade de Saúde Familiar Pombal Oeste, que simbolicamente inaugurámos no dia 31 de maio, a demonstrar que estamos atentos às necessidades e que somos eficazes na ação. No dia 8 de junho inaugurámos a XXVIII edição da Fago, desta vez com pisos do século XXI e requalificada para múltiplos usos, que sem dúvida lhe daremos, e na qual decorreu um certame do agrado de todos, dadas as incomparáveis condições de uso e de conforto disponibilizadas. Falta ainda cerca de um terço da obra, que se irá concluir dentro de um mês, local onde passará a ser bem instalada a feira mensal dos 10. Com estas novas instalações com certeza que a XXIX da Fago em 2018 será um evento diferente, para o qual já se começaram a gizar ideias, dando real reflexo da realidade potencial da Guia e de toda a união de freguesias. Mais uma vez a Câmara cumpriu a sua parte, a união de freguesias agradece, e, sem dúvida, a parceria contínua Município/Freguesias só se pode ir estreitando, dado os frutos que se tem retirado deste modelo de cooperação. Bem haja o Senhor Presidente da Câmara, bem haja os Senhores Vereadores, porque a população sai beneficiada e o reconhece.”*

**José Manuel Marques**, fez a intervenção que se segue:

*“Eu queria deixar uma palavra de pesar pelos incêndios que ocorreram no norte do distrito, que vitimaram tantas pessoas e que nos deixaram estupefactos, se bem que, esta solidariedade fez chegar alguns bens às pessoas que neste momento deles necessitam. Eu lembro que nós estamos numa região de floresta densa e com a necessidade de bombeiros e, que se deflagrasse um incêndio, era causa para estarmos preocupados porque poderia ser uma catástrofe para o nosso concelho. Devemos alertar os nossos vizinhos para não desprezarem a limpeza do mato. Não podemos ficar calados, todos nós devemos denunciar, caso contrário nunca conseguiremos resolver este problema já de há várias décadas.*

*Também queria aqui esclarecer e deixar o meu desagrado, e a que todos nos devemos associar, porque o meu colega aqui presente da União de Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca, se sentiu feliz por ter resolvido nas suas freguesias o problema da saúde. Na verdade, se há algo que eu agradeço ao Senhor Presidente da Câmara e a todos os Vereadores, é o trabalho em prol do concelho e especialmente em prol da freguesia, tanto na educação como nas vias. O mesmo não tem acontecido, infelizmente, por parte da tutela no que diz respeito à saúde no Centro de Saúde do Louriçal. Se em 2014/2015 foi possível, da minha parte, colocar no Espaço Cidadão uma funcionária porque não tínhamos nenhuma, o mesmo não foi possível, há cerca de um mês, e não tínhamos enfermeiros, porque a Junta não dispõe de enfermeiros. Se isto está a afetar a Unidade de Cuidados Personalizados eu condeno vivamente aquilo que aconteceu: cinco mil utentes ficaram quinze dias sem um único enfermeiro. Depois de horas e horas ao telefone, de enviar e-mails para a ARS, para o ACES, nuns lados estavam de férias, noutros lados talvez resolvessem*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*entretanto... Eu queria agradecer ao Senhor Presidente da Câmara, porque nós temos de nos associar a esta causa. As pessoas não podem ficar a falar sozinhas, o Presidente da Junta que está perto das populações e que disponibiliza o edifício para o Centro de Saúde, equipamentos, luz, água, faz obras e depois tratam a população como se vivêssemos num país do terceiro mundo. Não podemos dizer que estamos num país desenvolvido quando, nos últimos meses, o que se passou no Louriçal não acontecia há décadas. As pessoas não podem passar sem o seu apoio domiciliário, pessoas com feridas estiveram uma semana sem tratamentos. Houve pessoas que se tiveram de deslocar ao hospital da Gala. É grave. Todos nós devemos ter preocupação com a Unidade de Saúde de Cuidados Personalizados que tem uma grande descoordenação e não pode continuar assim. Eu peço ajuda porque são as pessoas que sofrem.”*

**Fernando Matias**, fez a intervenção que se segue:

*“Quero felicitar a programação da Câmara durante o ano, mas sobretudo, durante este período a nível do conhecimento e da cultura. Podemos falar de humanismo, mas se não concretizarmos a nossa ação em projetos assentes em valores, em nada dignificamos a pessoa humana. Pombal, neste último mandato, tem trilhado caminhos que colocam a pessoa no centro da sua ação. Integro nestes projetos os Caminhos da Leitura, que colocaram a leitura e o conhecimento em foco em vários locais da nossa cidade. Se queremos contribuir para uma sociedade com as ferramentas necessárias para conquistar a sua felicidade, este é o caminho, ou seja, estes são os caminhos. Mas a felicidade também se faz de arte e criatividade, nada melhor para estimular essa área do nosso cérebro do que o Festival Sete Sóis Sete Luas, com a sua inauguração prevista a 24 de junho, que desde já convido todos a estarem presentes e a divulgar o evento, que terá espetáculos até ao dia 8 de agosto. Vamos todos descobrir o que os artistas têm a partilhar connosco. Estou seguro que será rico multicultural.”*

**Rodrigues Marques**, fez a intervenção que se segue:

*“Que fique reiterado e para memória futura o registo da solidariedade para com as populações do nordeste do distrito, que foram flageladas pelo fogo florestal, que nos últimos dias, e muito bem, foram sinalizadas pelo nosso Deputado Pedro Pimpão na Assembleia da República. Pode o comandamento do fogo ser discutido, mas Pombal marcou presença no funeral do nosso particular amigo Assa, que morreu de uma forma estúpida, num gesto altruísta de ajuda ao próximo. Votos de melhoras aos seus quatro companheiros que se viram envolvidos no mesmo acidente. Estivemos presentes no funeral com quinze operacionais dos Bombeiros Voluntários de Pombal, o Deputado Pedro Pimpão, o nosso Presidente Diogo Mateus, o Senhor Vereador Renato Guardado, assim como o Senhor Chefe de Gabinete João Pimpão e vários, muitos, cidadãos de Pombal que quiserem prestar o seu apoio aos Soldados da Paz.”*

**Michäel António**, fez a intervenção que se segue:

*“Antes de entrar no tema a que a minha intervenção diz respeito, cumpre-me prestar uma informação. Tendo sido eleito para este órgão autárquico para o presente mandato pela lista do PPD/PSD, cumpre-me comunicar à Assembleia Municipal que, no passado dia 17 de junho de 2017, transmiti aos órgãos nacionais do partido, com conhecimento aos órgãos locais, a minha desfiliação partidária. O que significa que já não milito pelo PSD e que exercerei as funções para as quais fui eleito até ao fim deste mandato como cidadão independente. Quanto às razões que motivaram a minha desfiliação, essas dizem respeito apenas a mim e ao próprio partido em que militei durante 25 anos, sendo que, não é este o local para as discutir.*

*Quanto ao ordenamento do território, relacionado com os incêndios, remeto para a parte da Informação do Presidente da Câmara, porque, atento à intervenção da colega Odete Alves, a respeito de um processo judicial, cumpre-me, por dever de consciência, e pelas competências e atribuições que já exerci nesta Câmara, fazer uma intervenção.*

*O tempo é curto, estamos a falar de um processo com mais de 18 anos, em dois minutos não me será permitido explicar tudo o que eventualmente se impõe. Mas quero fazer uma correção, a Dr.<sup>a</sup>*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Odete Alves não levará a mal com certeza, além dos processos judiciais existe um processo administrativo, extenso, relativamente a tudo o que aconteceu no processo, nomeadamente, tentativas de conciliação goradas. Fazendo outra breve correção, porque eu intervim nessas negociações, houveram várias tentativas de conciliação, a que a Odete mencionou da proposta de aquisição do terreno do advogado da autora, que efetivamente foi feita uma proposta para a Câmara adquirir o terreno por 150.000 €, mas foi a instância da Câmara que, através do advogado que tratava da ação na altura, fez uma proposta de aquisição do terreno, o que o Dr. Gualter faz – peço desculpa porque não queria referir nomes – é uma contraproposta. Eu exerci funções delegadas pelo Senhor Presidente da Câmara no Gabinete Jurídico em dois mandatos, 2005/2009 e 2009/2013, e queria transmitir a minha absoluta disponibilidade para prestar todas as informações e esclarecimentos, não só no que diz respeito ao exercício das minhas funções no Gabinete Jurídico durante esses oito anos, mas também a propósito de qualquer processo que tenha passado no Gabinete. Quero vos transmitir que assumirei todas as responsabilidades neste processo, como em qualquer outro, como sempre procurei fazer em todas as funções, competências e atribuições que me foram atribuídas.*

*Dentro do tempo que disponho farei uma análise genérica e breve, pois os autos, como devem imaginar, além de contarem com inúmeros apensos, contam com alguns milhares de páginas ao longo de várias pastas. O processo tem início em 1999 e quem ler o ofício da Junta de Freguesia de Abiul que consta do processo administrativo perceberá qual foi a causa que deu origem a este processo. No fundo, e muito resumidamente, um indivíduo que pretendendo construir uma casa ofereceu saibro à Junta de Freguesia, que como contrapartida iria fazer o desaterro, e foi isso que sucedeu. A Junta com os meios da Câmara, que na altura eram disponibilizados ao fim de semana e feriados, exploraram o saibro no terreno e, alegadamente, esse desaterro terá contendido com o terreno confinante, pertencente a Cristina Pontes. A ação judicial começou a correr no tribunal e passado alguns meses, é logrado um acordo em maio de 2003, em que, de grosso modo, a Câmara se comprometia a entregar os materiais e equipamentos necessários à construção do muro e os outros réus comprometiam-se a erigir o muro propriamente dito, ou seja, a mão de obra. Sendo que, a Junta de Freguesia deixou de contar como ré, portanto ficaram como réus a Câmara e mais dois particulares. Na minha opinião o processo teve a sua sorte ditada no dia em que se fez o acordo. Digo isto porque consta do acordo, homologado por sentença judicial, que é necessário fazer o muro entre 8 a 10 metros de altura ao longo de uma extensão de várias dezenas de metros. Eu não sou engenheiro civil, mas penso que até o senso comum nos consegue alertar para o facto de que um muro com essa dimensão e envergadura iria ter um valor muito desproporcional ao valor do terreno que se queria proteger. O que é certo é que o acordo foi definido nesses termos. Existe uma sentença judicial que tem de ser cumprida. O acordo, na minha opinião, tem debilidades graves, visto que não diz que o muro tenha de obedecer a um projeto prévio, um muro com 10 metros de altura tem que ter um projeto de estabilidade, projeto de engenharia, termo de responsabilidade, etc. isso não foi acautelado no acordo, muito menos se acautelou quem é que ficaria responsável pela elaboração do projeto e eventual licenciamento do muro. O acordo é de maio de 2003 e como a nossa colega da Assembleia disse, tinha que ser construído até do final do mês de setembro desse ano e tal não foi feito. Consta também do processo administrativo o relatório do advogado que representava a Câmara em que ele conclui que se deve fazer a entrega dos materiais quando solicitados pelo réus que ficaram responsáveis pela mão de obra. Existem várias evidências no processo em como existem vários despachos a mandar quantificar e entregar os materiais. A autora intentou uma ação executiva, ação essa que correu termos, inclusive até este ano, desde 2003 até 2017. Por esse entremeio a Câmara teve de pagar 507.000 €. Posso-vos adiantar que o muro estava quantificado em 315.000 €, o projeto do muro não incluía a parte das escavações, desaterro e fundações, portanto ainda lhe foram acrescentados mais 10.000 €. O valor de execução do muro*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

eram 325.000 €, valor esse apurado em 2012. Tanto no processo administrativo como nos processos judiciais, existem vários indícios dos advogados da Câmara, que ao longo do processo foram três, em que requerem inúmeras vezes à juíza titular do processo, a dizer que a Câmara quer cumprir, quer entregar os materiais, definam que materiais é que são necessários para a construção do muro. Como eu disse, não existindo projeto, não se conseguem determinar que materiais é que seriam necessários. Por exemplo, nem sequer o método construtivo do muro estava definido no acordo, portanto não se sabia se era para fazer o muro em betão, em gabiões ou fosse o que fosse. Por alturas de 2008, não sei precisar a data, nós, Câmara, transmitimos ao advogado da autora que fizesse uma proposta para proceder à aquisição do terreno, que tem um valor muitíssimo inferior ao valor de 325.000 € para a construção do muro. Isso também foi dito várias vezes nos tais requerimentos em que a Câmara diz que quer cumprir. A Câmara também disse várias vezes à juíza titular do processo que o acordo lesava o interesse público e interpelava a juíza para se encontrar uma solução diferente. O que o advogado da Câmara faz é enviar uma proposta ao advogado da autora em que, de grosso modo, diz que atento ao valor do terreno e considerando que o muro pode atingir um valor de 100.000 € – não se disse 300.000 € – que informassem o valor pelo qual estão disponíveis para vender o terreno. A resposta foi 150.000 €, como consta do processo. Quem o consultar pode ver o meu despacho em que digo que 150.000 € por um terreno daqueles é, evidentemente, exagerado. Se achamos que 100.000 € é desproporcional, eles ainda queriam 150.000 €. Hoje, poderá se dizer que 150.000 € é menos do que 507.000 €, pois é, mas eu, Michäel António, com as competências e atribuições que tinha na altura, jamais me atreveria a propor a aquisição de um terreno daqueles por 150.000 €. Além dessa proposta, em todas as audiências em tribunal, a primeira sugestão da juíza era propor uma tentativa de conciliação. Só que a tentativa de conciliação era fazer o muro. Na última audiência em que participei, a senhora juíza queria que fosse o Município a fazer o projeto do muro, e eu sempre disse à juíza que o Município iria contribuir com tudo o que fosse necessário e cumpriria com o acordo firmado, que já era um péssimo acordo. Era só o que faltava estar a fazer o projeto do muro e licenciá-lo. Confrontados com o facto de não existir projeto para o muro, a senhora juíza mandou elaborar o projeto a uns técnicos que, na altura, se consideraram como não avalizados para fazer esse projeto. Feito o projeto e entregue o projeto, foi nomeada uma peritagem para três peritos informarem qual seria o valor necessário para executar o projeto. Foi determinado que esse valor seria 325.000 €. No momento em que estamos prontos para perguntar qual é o valor que diz respeito aos materiais e qual é o valor que diz respeito à mão de obra. Nessa altura, o advogado da autora opta por proceder à liquidação e pede, em vez da construção do muro, uma indemnização nesse valor. Dito isto, estávamos em meados de 2012 e até 2013, se não me engano, não houve mais nenhum desenvolvimento que eu considere relevante, até que, deixo de exercer as minhas funções em outubro de 2013.

Como toda a gente sabe, fui trabalhar para onde fui, evidentemente acompanhei o processo, mas deontologicamente eu não me devo pronunciar relativamente ao processo a partir dessa data.

Quero terminar dizendo que estou disponível para prestar todos os esclarecimentos e assumirei tudo o que foi a minha intervenção e todas as responsabilidades, seja nesse processo ou em outros, pelas competências que me foram atribuídas para o Gabinete Jurídico, como para qualquer outro pelouro que me tenha sido delegado.”

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, fez a intervenção que se segue:

“Eu vou começar pelo episódio que tivemos em fevereiro deste ano, quando o Senhor Deputado Vítor Gomes entendeu, e agora que a ata já está aprovada, podemos tratá-la como documento oficial, a propósito da apresentação do livro dos autarcas de Pombal desde 1926 a 1974, que entre outras coisas “bonitas” que disse, e vou ler o que está na ata: “acrescentava ao Senhor Presidente que ainda tem seis meses até ao fim do seu mandato, já que tem tanta simpatia por

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*esse passado, ainda lhe faltam homenagear os bufos, os PIDE's e os legionários, já agora aproveite e homenageie também esses. É o meu sentimento, é aquilo que eu tenho de dizer. Sobre isto tenho tudo dito." Se se recordam, na altura fiz observações e não quis, por decoro, porque tinha acabado de falecer um ex-membro desta Assembleia Municipal, ir mais além e apenas fiz referência à circunstância de, na nossa cidade, existir vária toponímia que tinha sido aprovada em mandatos do Partido Socialista, com muitos destes – e as palavras são suas – bufos, legionários e fascistas. Vale a pena fazer este reparo histórico para todos nós percebermos quem é que decidiu, quem é que propôs e que nomes são estes. A ata da reunião de Câmara de 1988, em que estava presente o Sr. Eng.º Jorge Claro, que fazia parte da comissão de toponímia, representando a cooperativa de Pombal, apresentou um conjunto de nomes e que, se se recordarão dessa discussão, tivemos duas posições que mostram o alinhamento com aquilo que, à data, as respetivas famílias tinham feito, nomeadamente a família Menezes Falcão e a família João Coucelo, tinham sido feitas propostas para homenagear os respetivos pais. O que é certo é que, sob proposta, de, entre outros, do Eng.º Jorge Claro, aqui está a Rua Dr. José dos Santos Alves, que foi Presidente de Câmara; o Professor Ernesto Domingues Tavares, também foi Presidente de Câmara; o Eng.º Arantes de Oliveira, que foi Ministro; o Dr. António Jorge Ferreira, que foi Vereador da Câmara; o Professor Saul Pires Machado; o Professor Veiga Simão, que foi Ministro. Nesta data foram todos eles, ligados ao antigo regime, propostos pelo Partido Socialista e aprovados pelo agora vosso candidato. Se isso já era fraco, do ponto de vista histórico, ainda é mais – perdoe-me o meu à vontade – indecoroso, quando os senhores conseguem, passado alguns anos, tratar dessa forma pessoas que nos merecem o maior respeito, e até foram candidatas contra o meu partido, como o Dr. Reinaldo Serrano ou como o Dr. António Vieira, que foram membros de executivos anteriores. É importante ter esta memória histórica, os documentos estão à vossa disposição para perceber quem é que propôs, que critérios teve, quem é que aprovou. Eu devolvo em dobro tudo aquilo que disse, com a simpatia da verdade e com aquilo que é sempre o incómodo da ignorância ou do alarde quando é atirado da boca para fora sem qualquer tipo de responsabilidade.*

*Senhor Deputado Henrique Falcão, sobre a questão da rotunda, depois de 20 anos de atividade de um Presidente de Câmara vir dizer "porque não se fez?" ou que o que está feito não está bom... Não é preciso dizer mais nada. Acho que todos nós percebemos o porquê desta circunstância.*

*Quanto aos incêndios no norte do distrito, deixe-me dizer que, de há alguns anos a esta parte, temos previsto, quando existem grandes aglomerados de pessoas, planos de contingência para minimizarmos essa circunstância. As Festas do Bodo são um desses exemplos e também há um plano de contingência para a Praia do Osso da Baleia, porque só há um canal de evacuação, há um plano que anualmente é revisto, uma vez que, todo o acesso é feito pela Mata Nacional.*

*Ao Dr. João Coucelo, agradeço as palavras com que acompanha todos estes temas da nossa atualidade e à Dr.ª Odete Alves queria recordar o seguinte: os senhores lembram-se de discutirmos a Carta Educativa, lembram-se de aprovarmos a Carta Educativa, por unanimidade, lembram-se de termos adquirido a Escola Conde de Castelo Melhor, lembram-se das justificações que foram apresentadas relativamente à criação de dois pólos escolares no centro de Pombal, lembram-se das discussões que fizemos porque ninguém defende uma escola primária com 300 alunos, ou o país defendem? Ficamos sempre sem saber, quando alguns cidadãos, simultaneamente membros de associações de setor, respeitavelmente neste caso, uma associação de pais, tiram conclusões precipitadas e depois vêm à Assembleia Municipal tirar outras conclusões. As informações que eu disponho sobre a qualidade alimentar é de que, mais do que uma vez, e a informação é do agrupamento de escolas, quem acompanha a qualidade alimentar não tem acompanhado as refeições. Os últimos relato que tenho, dito pelo Presidente da escola, é que essa circunstância há muito que está ultrapassada. O que eu posso dizer é da minha casa, os*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*meus filhos comem lá e nunca fizeram essas observações. Há crianças que são sempre mais biqueiras, mas isso faz parte da vida. Toda a gente sabe que nunca foi numa escola – na escola de hotelaria talvez – o sítio onde se fazem as melhores refeições. Nós sabemos que isto é verdade.*

*Sobre a questão do centro escolar, as opções estavam tomadas, estavam aprovadas por este Órgão. Vir manifestar surpresa por só ter seis salas do 1.º ciclo. Os documentos estão aprovados, fazem parte de uma estratégia. Nós comprámos equipamentos e edifícios para nós termos centros escolares mais pequenos. Não há ninguém da comunidade educativa que defenda que é bom ter uma escola com 300 crianças. Ninguém. Eu ontem estive na tomada de posse do conselho-geral da Escola Gualdim Pais e é essa a observação que eles fazem. Sabe qual é a perceção de pais, encarregados de educação, professores e dos membros da comunidade que estão cooptados no conselho-geral? É de que a escola tem uma dimensão maior por ter 1.º, 2.º e 3.º ciclo e é desconfortável para os mais pequenos. Nós temos de olhar para isto e perceber qual é o melhor caminho. Se os senhores entendem que devia ser uma escola com 300 alunos, então essa discussão devia ter sido feita na altura. Alguma vez foi feita essa proposta? Não há nada escrito, não há nada dito, nunca foi discutido, nem em Assembleia Municipal nem em Câmara, nenhuma proposta desse género. Evidentemente, se a escola só tem seis salas para o 1.º ciclo e tem de ter duas salas para atividades plásticas, ficando quatro para o ensino pré-escolar, há uma limitação. Mas isto é novidade para quem? A associação de pais não conhecia estas regras? Eu já disse aos Senhores Deputados, e volto a repetir, que sempre que os senhores quiserem ter acesso a informação ou conhecer alguma coisa: disponham. Não se precipitem. Venham ver os documentos. Tirem as conclusões com documentos oficiais. Até parece que querem dar mau nome às coisas e dar-lhes uma conotação de ignorância, desprezo e irresponsabilidade. Eu sei que os senhores não querem. Ou quererão? Nós não temos interesse em fazer as coisas mal feitas, Senhora Deputada. Se os senhores estão a verificar que uma coisa não está bem eu espero que o digam. Às vezes dizem, mas neste caso ninguém disse nada. Os senhores querem comprar um terreno com 10.000 m<sup>2</sup> para fazer uma escola com 6.000 alunos? Eu não subscrevo isso. Por isso é que tomámos a decisão de requalificar a escola n.º 1. As doze turmas que estudam em Pombal devem continuar a estudar em Pombal. Nunca se discutiu acabar com a escola do Barrocal nem com a dos Vicentes, nem a Gualdim Pais, nem com a da Fonte Nova. Esse foi o modelo que foi desenvolvido na altura e é o que está a ser implementado. Sempre que entender que vale a pena conhecer os documentos, esteja à vontade. Se quiserem fazer uma visita guiada à obra, estejam à vontade. Estamos disponíveis para isso.*

*Não tem cozinha? Sabe uma coisa? Há quinze anos atrás, sabe quantas cozinhas pagas pelo Orçamento de Estado haviam nesta cidade? Se calhar vamos dizer que é um exagero: GNR, PSP, o Hospital, APEPI, a Santa Casa da Misericórdia, Escola Secundária, a Escola Conde de Castelo Melhor, a Câmara Municipal, a Gualdim Pais e o Centro Social da Cumieira. É preciso? Quando em 2003 se instituiu em Pombal o fornecimento de refeições, sabe quantas cozinhas haviam da Junta de Freguesia? Nenhuma. Todas as instalações que existiam eram maximizadas. Porquê? Porque esse dinheiro rentabilizava essas instituições e nós conseguíamos tirar mais proveito do que estava instalado. Na altura até criámos um sistema de via verde na Gualdim Pais em que os alunos que eram transportados entravam com prioridade, faziam as suas refeições e voltavam à escola. Tudo em hora e meia. Eram recolhidos, eram transportados, almoçavam, brincavam, voltavam à escola e retomavam a sua atividade letiva. Acho que faz todo o sentido usar os recursos públicos. A Conde tem cantina, a Marquês de Pombal tem cantina e a Escola Secundária tem cantina. Acha que estas três escolas não conseguem fazer o abastecimento de 180 refeições? Com certeza que conseguirão. Não precisamos de estar a duplicar mais cozinheiras, mais auxiliares e mais aprovisionamento. Acho que devemos olhar para as novas realidades.*

*Sobre o CIMU Sicó e a pergunta que me fez. Estamos a fazer a discussão sobre o plano estratégico que foi aprovado pela Câmara. Enquanto esse plano não tiver o nível de*

**MUNICÍPIO DE POMBAL**

*concretização que a Câmara vai concluir e aprovar, a obra não andar, porque não vou fazer nada que depois não possa ser aproveitado para o projeto global.*

*Quanto ao Muro de Abiul, acabámos de assistir à explicação que demonstra o quão penoso foi este processo. A questão objetiva é esta: o acordo que foi celebrado em 2003, foi ratificado pelo Presidente da Câmara? Quando tomou essa decisão ou não a tomando, concordou com ela? Tinha consciência do que estava a fazer? Essas é que são as responsabilidades. Eu vejo tanta gente falar de muros, passagens desniveladas, pontes e betão, mas depois quando aparece esta situação do muro, não fazem ideia. Nós não podemos ser esquizofrénicos politicamente. Nós temos que saber utilizar essas capacidades que às vezes nos reivindicam a favor da população. Pelos vistos quando a decisão foi ou não foi tomada, o que estava a fazer era concordar com a proposta que tinha sido negociada no tribunal. Como a senhora bem sabe, não havendo oposição nos 10 dias após a ratificação, o que é que acontece ao processo? Há confirmação do processo. Se não se sabia quanto custava, se não se sabia quem fazia, se não se sabia se se podia licenciar, se não se sabiam uma data de coisas, o que é que faz uma pessoa prudente e equilibrada? Não aprova. Ou algum dos senhores aprovaria? Eu não aprovava, desculpem. Quem aprovou tem de assumir a responsabilidade daquilo que fez. Esse é o papel do Presidente da Câmara. Não é andarmos a esconder atrás dos outros. Eu já disse isto na última Assembleia Municipal: nós temos muita gente escondida. Quando as coisas não nos correm bem temos de perceber que não fizemos as coisas bem feitas. Não há mal nenhum nisso. Mas tem de ser feito em tempo. Como calculam, quem teve menos prazer em assinar aquele cheque, fui eu. Primeiro porque era o único que o podia fazer, e porque, apreciando o processo, percebo se calhar muita – atenção que as palavras são suas: irresponsabilidade política e arrogância no trabalho – nenhum despacho que foi produzido foi meu ou para mim. Eu sou solidário nessas decisões, se a proposta viesse à Câmara para ser apreciada, com certeza que eu a votava. Por acaso não era membro da Câmara nessa altura. Mas com certeza que a votava porque acreditava, como qualquer membro da Câmara acredita, se tiver a trabalhar com pessoas que foram escolhidas para integrar o mesmo executivo. Agora, não podemos é esconder-nos. Fizemos asneira, vamos negociar e corresponder. 2003, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13? Onze anos? Quem tem tentado passar pelo meio dos pingos da chuva é que tem de dar explicações a esta Assembleia. Não é assistir a este papel a que acabámos de assistir, penoso, embargado, sofrido, incompreendido, porque estamos em processo eleitoral e eu vou-me sujeitar a este papel agora que já sai do PSD. Isso é que eu acho que está mal. Por isso que as pessoas que nos estão a ver em casa, olham para muitos de nós e acham que isto é uma palhaçada porque falta seriedade, evidentemente. Se sabiam que estava tudo mal então deviam resolver o assunto. Posso cometer erros? Com certeza que sim, faço muitos erros. Quem é que não os faz? Não nos podemos é esconder. Usamos essa responsabilidade e damos esse exemplo. As pessoas sabem muito, mas é no dia seguinte. “A rotunda era muito boa.” Mas eu nunca a fiz. Estou farto disto, espero que as pessoas tenham percebido que às vezes “há muitas nozes e poucas vozes.” Sabem o que eu vos proponho? Façam uma audiência parlamentar, façam um inquérito, venham apurar as responsabilidades de quem, de facto, tomou as decisões e se, do ponto de vista patrimonial, deve ou não deve suportar aquilo que a Câmara vai ter de pagar. Sim, essa responsabilidade existe. O direito de regresso também existe sobre os políticos. Também existe sobre mim. Existe sobre os gestores que têm prestar cauções para exercerem determinadas funções ou serem dispensados delas. Eu percebo o esforço de tentar envolver este Presidente de Câmara neste processo. Não estava a crer que depois de um processo que já estava há onze anos em pleito, que eu chegasse à conclusão que não se recorria, quando recebi a sentença em 2015. Era prudente? Era adequado? Provavelmente não seria. Portanto o processo foi até ao fim. Na altura até foi conversado com as pessoas que tinham tido responsabilidade na sua condução, o Dr. Michäel António e o Eng.º Narciso Mota. Percebo o seu esforço, dar-lhe-ei a informação, que os Senhores Vereadores até já tinham pedido, dos juro*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*moratórios e de todas as circunstâncias relativas ao processo. Infelizmente não posso fazer muito mais.*

*A Senhora Deputa Ofélia Moleiro fez a sua intervenção política, não tenho nada a acrescentar. Sobre a questão da moção da floresta, olhe, se nós aqui conseguimos gerar este consenso nas propostas que são boas, espero que consiga também no acordo parlamentar que suporta o Governo. Agora há uma tranquilidade tão grande no parlamento que eu espero que se consigam fazer essas propostas. As palavras são suas: “a proposta do PS nada resolve.” Nós percebemos de que lado é que estão as dificuldades para podermos ir mais além. Aqui estamos de acordo, mas nem sempre noutros patamares, o mesmo se consegue fazer.*

*Senhor Deputado Pedro Pimpão, nós até estávamos juntos quando começamos a acompanhar a situação, que é tão dramática e aflitiva. E quem viveu os nossos fogos de 2005, lembra-se de quem era o Ministro da Administração Interna na altura, e vamos perceber como é que as coisas são tratadas de maneira diferente. Nós temos muito que pensar. É evidente que todas as pessoas evoluem. Isso é uma coisa que eu sublinho. O Ministro da Administração Interna em 2005, quando Pombal ficou com 300 km<sup>2</sup> ardidos, era o Dr. António Costa. Se quiserem de que maneira é que Pombal reconstruiu, que medidas é que foram tomadas, o Presidente da Câmara da altura pode-vos dizer que apoios é que tivemos e o sozinhos que nós ficámos.*

*Ricardo Ferreira, o Decreto-Lei n.º 64/2017, chegou, li-o e remeti-o para a Senhora Vereadora Catarina para fazer uma avaliação sobre o interesse que possa existir. Chamo-lhe a atenção para a circunstância de não existir a Portaria a que no Decreto-Lei se faz referência, que publicará os municípios que poderão as centrais de biomassa no seu território. Calculo que seja de proposta dos municípios, feita uma avaliação prévia, mas não posso garantir que assim seja.*

*Senhor Deputado Pedro Brilhante, sobre as propostas de mais investimento, eu quero, não só agradecer, mas principalmente enaltecer esta procura sistemática de pensar temas que são importantes para o território e apresentar propostas. Mesmo propostas que possam parecer mais excêntricas valem a pena serem discutidas. Nesta altura o ponto de situação é muito simples: está em discussão pública a ampliação do Parque Industrial da Guia, foi à Câmara e está em período de discussão. Alguns lotes já estão comprometidos para serem vendidos para a ampliação de indústrias existentes. Está em concurso o alargamento do pontão junto à Sumol na Zona Industrial da Formiga, para melhorar a capacidade de escoamento da ribeira que vem do lado da Fonte Nova, para melhorarmos a nossa capacidade, assim como, o projeto para a revisão da rede pluvial. Também na Rua da Indústria, que liga à zona da ETAR de Pombal, há um projeto em execução. No Parque Industrial Manuel da Mota, está aprovada a operação de ampliação para 10 hectares.*

*Senhor Deputado António Roque, sobre o relatório da CIM, a pergunta é simples: Está satisfeito com os resultados? Não, não estou, por isso é que me candidato.*

*Avelino António, sobre esta intervenção que fez, que é muito importante para nós percebermos de que maneira é que o país, ao regular o ocupação florestal, removeu os municípios dessa participação. Isto, no meu entendimento, é gravíssimo. Os municípios apenas poderiam dar pareceres ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas para a instalação de plantações no nosso território. Eu tenho muitas dúvidas que seja uma solução adequada para a boa gestão do território. Há casos em que, eu vou dizer isto debaixo de alguma reserva, podem haver conflitos relativamente a aquilo que é licenciado e o que de facto é possível licenciar, atendendo às características que em sede de ordenamento do território cada um dos espaços pressupõe. O que é que isto quer dizer? Que podem haver licenciamentos feitos pelo ICNF em zonas onde não se podem fazer licenciamentos.*

*As propostas que o Senhor Presidente da Junta do Carriço, Pedro Silva, fez sobre as questões de animação, de criação de produtos e de promoção da Praia do Osso da Baleia, evidentemente, estamos disponíveis para o fazer. Queria dizer-vos que foi aprovado o plano de ordenamento da*

**MUNICÍPIO DE POMBAL**

*orla costeira, o que significa que grande parte daquelas iniciativas que tínhamos pensado, a questão do estacionamento, as questões da praia mais a sul na freguesia da Guia, julgo que agora haverá condições para avançar.*

*Senhor Presidente Manuel Serra, obrigado pelas suas palavras. Era talvez importante dizer a esta Assembleia, que se o Governo tomou, de um dia para o outro, abrir a USF do Oeste, se nós não tivéssemos o regulamento dos transportes aprovado, como é que seria? Percebem a importância de preparar as coisas para que a população não fique revoltada. Há uma diferença entre quem quer planear, antecipar os problemas e procurar resolve-los e quem, no registo que já conhecemos, apenas se limita a reagir às circunstâncias. Nós não estamos no tempo de apenas reagir às circunstâncias, estamos em tempo de antecipar os debates. É assim que nós conseguimos reduzir as diferenças e melhorar a nossa prestação.*

*Senhor Presidente da Junta do Lourical, sobre a questão do Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados do Vale do Arunca. O que eu proponho, em função do comunicado que em conjunto subscrevemos, é que marquemos rapidamente uma reunião com o Dr. Pedro Sigalho, Presidente do ACES, para apresentar os problemas e para termos um plano para que o processo possa ser resolvido da melhor forma possível. Eu percebo que o ACES não consiga arranjar médicos e enfermeiros de repente. Eu estive, quer no Carriço quer na Guia, nas sessões de esclarecimento que fizemos com o ACES apresentar a Unidade de Saúde Familiar. Quando as pessoas ouvem os médicos e os responsáveis pelos serviços e lhes são tiradas as dúvidas que existem, as pessoas percebem e até ficam com alguma expectativa. Se entrarmos no registo em que o que se pretende é contaminar e não permitir os esclarecimentos, de facto, as coisas não andam bem. Nós não nos podemos esquecer de quem é que fez esse trabalho há bem pouco tempo. Portanto, eu percebo que as coisas às vezes não corram como algumas cabeças nos partidos pretendem, mas eu peço-vos um favor: quando tiverem que escolher entre o partido e a população, escolham sempre a população. É isso que eu faço. Por isso estou à vontade para dizer que a lei de 2003, assinada pelo PSD e pela Ministra Assunção Cristas, é má. Prejudica o meu concelho. Não vou dizer que é mais ou menos boa porque eu sou do PSD. Errado.*

*Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira, agradeço também as suas palavras sobre a questão da programação cultural, mas principalmente pelo trabalho da grande equipa que, em muitas áreas, não só na cultura, mas também com os equipamentos, logística e comunicação nos pode afirmar regionalmente e dar a todos nós uma programação culta, divertida, moderna, internacional – e não necessariamente cara – criativa e resultante de experiências e de oportunidades de receber cidadãos estrangeiros, como no caso do encontro de literatura infanto-juvenil que teve umas das maiores personalidades mundiais no conto, na literatura e na ilustração e escritores de renome, o que mostra bem essa qualidade distintiva num processo que já leva 17 anos.*

*Senhor Eng.º Rodrigues Marques, eu acompanho-o nesta solidariedade para com o norte do distrito. O que nós fizemos desde sábado à noite, ainda as proporções não eram estas, foi disponibilizar de imediato a nossa máquina de rasto com a devida tripulação, tivemos no domingo de manhã o Gabinete de Proteção Civil a acompanhar no quartel dos bombeiros as múltiplas démarches que existiam, articulamo-nos com muitas empresas do nosso concelho para fornecerem meios de transporte para podermos prestar algum auxílio. Nesta altura, não havendo comunicações em Pedrógão Grande, nem carros eles conseguiam arranjar. A situação foi muito crítica. Tivemos o apoio de muitas empresas, algumas das quais que em 2005 disseram “presente”, nos ajudaram e que nós, muito justamente, homenageamos. Eu falei com os Senhores Presidentes de Câmara de Castanheira de Pêra e de Pedrógão Grande para que os nossos projetos de ação social, que têm servido de solução para as habitações das pessoas que perderam as suas casas. Existem várias iniciativas de beneficência, hoje o TAP tem uma iniciativa, a Junta de Freguesia tem uma no castelo, em Abiul também se pensa em fazer uma atividade ligada à*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*tourada. Espero que na reunião da Comunidade Intermunicipal entre os dez Presidentes de Câmara tenhamos condições para auxiliar. Abrimos o nosso Centro de Meios Aéreos para que outros meios pudessem aqui ficar, articulamos um plano de sustentação logística com a Segurança Social. Também pedi a alguns dos nossos colaboradores, que se disponibilizaram voluntariamente, para, ao longo desta semana, estarem em Pedrógão Grande a acompanhar as equipas, seja na organização, seja nas visitas domiciliárias.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia**, tomou a palavra, para fez a intervenção que se segue:

*“Permitam-me que vos diga o seguinte, depois de ouvir o Senhor Presidente da Câmara e de ouvir os Senhores Deputados, creio que tenho a razão de propor a esta Assembleia e à Câmara Municipal de Pombal uma auditoria externa, acompanhada pelos líderes de bancada, para apurar responsabilidades no decorrer de todo este processo em relação à construção do muro. Os processos existem, os despachos também, e quando algum contestatário recorre a um advogado, passa uma procuração para o advogado defender os seus interesses. Existiram três procurações passadas a três advogados com avenças nesta Câmara. Eu disse aqui, quando se fez o acordo em tribunal, com a minha ausência, que era um mau acordo, porque eu conheço o valor dos terrenos nas 17 freguesias do concelho. Em 20 anos comprámos terrenos em todas as freguesias. Os preços, de freguesia para freguesia, variam muito.*

*Eu sempre assumi as minhas responsabilidades em toda a sua plenitude em todos domínios, na minha atividade privada e pública. Não podia aceitar uma proposta de 150.000 € por um terreno de 4.600 m<sup>2</sup>. Existe uma informação de que o terreno não valia mais 2,5 € por m<sup>2</sup>. Portanto, recorreu-se às instâncias judiciais, e a três advogados que passaram pelo processo, embora a primeira avença tenha sido no meu mandato, que terminou em 2013, a segunda avença foi determinada pelo atual Presidente da Câmara e depois passou para a terceira avença. O processo é transparente, sabe-se de quem será a responsabilidade. A Justiça não funcionou, o acordo foi, como disse e muito bem o Senhor Deputado Michäel António, muito mal feito. Eu contestei-o logo verbalmente. Do tribunal veio o pedido de ratificação, que foi aprovado em reunião de Câmara. Se o muro fosse construído como eu pedi num projeto, nem 30.000 € se gastava no muro, porque só dávamos os materiais e fazíamos o muro com a altimetria que era necessária para o suporte de terras, o dono do terreno contíguo podia ceder 2 ou 3 metros de terreno e o terreno ficava com uma rampa com um metro de altura. Não se pôde fazer porque era reserva ecológica. Aguardou-se sempre o desenrolar dos processos, que foram muito mal deliberados pelo tribunal e foram muito mal acompanhados a nível do Gabinete Jurídico e Contencioso. Eu sou engenheiro de profissão, não sou jurista. Por isso é que nós tínhamos avenças com os advogados, era para nos resolverem os problemas e eu nunca os contrariei. Quando me fizeram a proposta de compra por 150.000 €, se eu fizesse essa compra estava a fazer gestão danosa e era considerado irresponsável, porque estava a dar 50 vezes mais do que o valor do terreno.*

*Uma auditoria realista por que há muitas atitudes maquiavélicas e dissimulantes da realidade que levam a que as pessoas sejam enganadas. Eu sou um homem que nunca enganou ninguém, mas disse noutra Assembleia que tão gatuno é quem rouba como quem se deixa roubar. Não podemos permitir que num Estado de Direito que esta situação tenha este desfecho, porque a negociação estava em curso através do advogado, ainda se ofereceram 40.000 € e fazia-se o muro. De 2013 até esta data, passou por outros advogados e não houve nenhuma tentativa de acordo. Eu nunca estive de perto com os advogados para fazer o acordo, nunca me chamaram, só passei a procuração. Existem vários despachos a pedir para se quantificar o custo dos materiais e para se fazer o projeto internamente, mas não se pôde fazer porque estava em reserva ecológica. Vamos agora fazer uma auditoria e depois o Senhor Presidente da Câmara apresenta os resultados e as responsabilidades de todos os intervenientes, sejam advogados, sejam técnicos,*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*sejam os dois Presidentes da Câmara, cada qual que assuma a sua quota parte da responsabilidade. Eu assumo a minha.*

*Em relação à rotunda. No Barco estivemos três anos para fazer aquela obra. O projeto não estava em condições e eu mandei fazer um projeto a um engenheiro especializado e pus o outro de parte. Aquela obra levou seis anos a fazer. Eu não disse que a obra piorou a circulação, melhorou-a significativamente, mas devia ser com carácter definitivo, para 50 ou 100 anos. Ou sei que esteve 20 anos para se fazer. Mas há outros projetos que já se iniciaram há sete ou oito anos e ainda não se começaram a construir. Serão apresentados ao povo, que é a razão de ser desta instituição, na devida oportunidade.*

*Na política, mentir é um escândalo e é por isso que as pessoas estão a virar as costas à política. Mente-se muito na política e faz-se muita gestão danosa. Eu não fiz gestão danosa em situação alguma. Deixei uma Câmara com uma situação financeira invejável, que ainda hoje usufrui de uma estratégia de candidaturas 2010/2016, que só foi aprovada pelo hoje bastonário da Ordem dos Engenheiros e pelo Eng.º Valério, senão hoje estaríamos hipotecados. Já estamos a ficar, mas eu vou esclarecer isso como deve ser. Aderir à Águas do Mondego ou à Águas de Portugal seria uma desgraça e a água não ficaria dez anos sem ser aumentada.*

*Em troca de impressões de engenheiro para engenheiro pediu um projeto ao Eng.º Ribeiro para que o trânsito passasse livremente na EN 1 por passagens desniveladas e com uma rotunda por cima. No decurso da obra podia-se ter melhorado muita coisa, podia-se ter feito um túnel os moradores do bairro Margens do Arunca poderem passar em segurança. Também mandei fazer o projeto do centro de saúde ao Arq. Vinhas, não foi feito, perguntem-lhe porquê.*

*A auditoria tem de ser feita, custe o que custar, seja interna seja externa, mas com o acompanhamento de todas as forças políticas que estão aqui representadas nesta Assembleia, para serem retiradas as devidas relações. O processo decorreu ao longo de 18 anos. E eu quero essa auditoria aqui apresentada. Bodes expiatórios, dissimular a realidade e fazerem-se estudos teóricos tendenciosos para se atingirem determinados fins que já estão assumidos, que põem o futuro desta Câmara em causa. Assim não. Isto tem de ser aqui analisado e estudado com a devida auditoria. Porque é que em quatro anos se tirou uma avença a um advogado e o processo não foi devidamente acompanhado? Como é que não foi negociado?*

*Senhor Presidente, peça-lhe o favor de avançar com a auditoria, todos nós devemos assumir a quota-parte da responsabilidade, temos de prestigiar e dignificar a atividade política, que não tem sido nem uma coisa nem outra. O Senhor Presidente esteve 20 anos a trabalhar comigo, só esteve um mandato na Junta de Freguesia, está a dar continuidade a algumas coisas, as outras não está, isso é que tem de ser discutido politicamente quando for a altura.*

*Não sei se é preciso deliberar sobre a auditoria, mas vamos pedir ao Senhor Presidente da Câmara para avançar com ela. Os juristas, tanto os das bancadas políticas como outros de fora, vão esclarecer de quem é a quota-parte de responsabilidade principal do desenrolar do processo, que levou 18 anos a ter uma conclusão, que provoca desespero, revolta e indignação. Não é justa. E “quem não se sente, não é filho de boa gente.” Mas eu sinto-me. Já se resolveu tanto problema e penso que também há de haver solução para este pagamento indevido que a Câmara foi obrigada a fazer. A Justiça não funcionou, mas pode vir a funcionar se houver juristas criteriosos, competentes e capazes de resolver o problema.*

*Com a rotunda estamos melhor, mas não se podem fazer obras a pensar só nas eleições. Temos de fazer obras a pensar no curto, médio e longo prazo. A obra da EN 1, para ser feita com segurança, devia ter sido feita com passagens desniveladas, não pode ser feita só para remediar uma situação que andou 20 anos para ser remediada. Nós temos de dar prioridade a determinadas obras, não se podia fazer o saneamento num só ano e sem ETAR's. Fizemos ETAR's, fizemos abastecimento de água em alta, fizemos muita coisa. E muita coisa devia ter sido feita porque os projetos estavam prontos, mas só estão a avançar depois de eu anunciar a minha*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*candidatura. Já valeu a pena eu anunciar a minha candidatura, mais não digo. Na altura própria direi os motivos que me levam a estar nesta situação.*

*Há aqui uma correção a fazer-se, que é a proposta da designação do ponto 2.8 da ordem de trabalhos passe a ser “Ponto 2.8 – Controlo de cumprimento dos aspetos associados ao Relatório e Recomendações formuladas pela IGF em sede de Ação de Auditoria “Controlo da Contratação Pública” – Triénio 2013/2015 – Ponto de situação do efetuado para efeitos de conhecimento à IGF – Para conhecimento”, alguém tem alguma coisa a opôr a esta alteração?*

**João Coucelo**, fez a intervenção que se segue:

*“O ponto 2.8 passou a ter uma nova redação. Eu só queria que me esclarecesse se é para votação. Na redação atual diz “apresentação, discussão e votação.” É só para conhecimento? Era isso que eu queria que me esclarecesse.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia**, respondeu:

*“É para votação, a proposta de alteração da denominação do ponto.”*

**Colocada à apreciação dos membros da Assembleia a admissão da alteração à designação do ponto 2.8, foi a mesma admitida e aprovada por unanimidade.**

**Mais foi aprovada por unanimidade a aprovação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

### *Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;*

**O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que fez a intervenção que se segue:**

**Rodrigues Marques**, fez a intervenção que se segue:

*“O Senhor Presidente da Câmara fez referência aos incêndios de 2005, em que o Município de Pombal, e todos os outros que foram flagelados, foram abandonados pelo Governo Socialista e particularmente pelo Dr. António Costa. É preciso fazer justiça, porque a casa que foi construída em Albergaria dos Doze e as que foram construídas em Carnide, foram construídas com dinheiro da Caritas Diocesana.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, fez a intervenção que se segue:

*“E da Câmara também, refizeram-se as dez casas que arderam em pouco tempo.”*

**O Senhor Presidente da Câmara**, fez a intervenção que se segue:

*“Eu não posso entender que a declaração que ouvi seja uma deliberação da Assembleia Municipal, portanto Senhor Presidente, uma vez que tenho o dever de propor à Câmara as decisões que a Assembleia Municipal toma, eu preciso que a Assembleia Municipal informe a Câmara Municipal de qual é o teor e a apreciação da proposta que o Senhor Presidente da Assembleia fez. A Assembleia Municipal quer que se faça uma auditoria? Acho que deve indicar daqui a quanto tempo é que tem de ser apresentada, têm de estabelecer as condições, que serão respeitadas na íntegra. A declaração não pode ser confundida com a decisão da Assembleia Municipal.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, fez a intervenção que se segue:

*“Senhora Deputada Odete Alves, que fez a primeira referência ao assunto, ensine-nos como é que se deve fazer a auditoria. Eu não sou jurista, o Senhor Presidente da Câmara é que é.”*

**Odete Alves**, fez a intervenção que se segue:

*“O Senhor Presidente lança uma proposta no ar e agora entrega-me o “menino nos braços”, do ponto de vista jurídico tenho algumas dúvidas sobre a forma como isto pode ser feito. Para podermos apreciar a sua proposta, temos de perceber qual é a sua pretensão e em que temos é que pretende que seja feita a auditoria. A auditoria pode ser feita de várias formas. Eu gostaria*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*que explicasse melhor o que pretende e quais as diligências que pretende que sejam feitas e o que é que pretende que seja averiguado e por quem. Sem estes dados é difícil estarmos aqui hoje a aprovar esta proposta. Parece-me precipitado.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, fez a intervenção que se segue:

*“A auditoria tinha como finalidade ouvir todos os intervenientes do processo, quer sejam os Presidentes de Câmara – que foram dois – quer sejam os advogados – que foram três – quer sejam os documentos que estão ligados ao processo, folhas de atendimento, pareceres, despacho, etc. e chegar à conclusão de quem foi o responsável por este processo. Como é que é possível num estado de direito democrático, pagar mais de 500.000 € por um terreno que não vale 20.000 €.”*

**Odete Alves**, fez a intervenção que se segue:

*“O que me parece, é que aquilo que está a sugerir não é uma auditoria, mas sim uma comissão de inquérito. Auditoria é uma coisa, comissão de inquérito é outra. Parece-me que está a sugerir que a Assembleia constitua uma comissão de inquérito formada por membros desta Assembleia, no sentido de apurar responsabilidades. É isso?”*

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, fez a intervenção que se segue:

*“Eu acho que sim, uma auditoria externa teria que ser paga. O objetivo seria estar com os advogados do processo para esclarecerem os passos que deram, falar com as pessoas ligadas às decisões e ao acordo que foi feito no tribunal. Este caso é escandaloso, como tal, temos de ir ver o processo, ver os pareceres...”*

**Odete Alves**, fez a intervenção que se segue:

*“Senhor Presidente, apurar responsabilidades técnicas não me parece ser da competência de uma comissão de inquérito de uma Assembleia Municipal. Essa questão dos erros técnicos dos advogados não pode ser apreciada numa comissão de inquérito. Não é esta a sede própria. Não vamos apurar se a responsabilidade é do advogado ou não. Independentemente das falhas técnicas dos advogados, a Câmara poderia reagir com ações de responsabilidade civil. Isso não nos compete a nós, em Assembleia Municipal, apurar. As posições assumidas no processo judicial são subscritas pelos advogados, mas em representação do Município. Tudo aquilo que foram as consequências das eventuais falhas técnicas, recaem sobre os ombros do Município. Se o que pretende é chegar à conclusão de que a responsabilidade foi dos técnicos, então acho que não devemos fazer comissão de inquérito nenhuma.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, fez a intervenção que se segue:

*“Como membro da Ordem dos Engenheiros, sei que há princípios deontológicos que não permitem que se ponha em causa as falhas dos nossos colegas de profissão. Se a comissão de inquérito analisar bem o processo e chegar a conclusão de que nem o Presidente da Câmara anterior nem o atual poderiam resolver o processo de outra maneira, isso é que era preciso. Se não se conseguir tirar nenhuma conclusão, vamos então recorrer a uma auditoria externa, com advogados a expensas nossas, para se saber onde é que o processo parou e porque é que teve aquele desfecho, desde o início até ao fim. Eu nunca falei com o advogado do contestatário, nem o mandatário do Município me chamou para falar com ele e negociar o que quer que seja. Foi sempre tratado pelo Gabinete Jurídico e Contencioso e pelos mandatários das partes, isto no meu tempo. Nunca ninguém me sugeriu que em vez de se recorrer que se fizesse uma negociação. Se me tivesse sido sugerido tal coisa, eu, com a experiência profissional que tenho, para fazer o muro poderia ter recorrido a gabiões, poderia ter-se cedido dois metros de terreno. Tudo isto podia acontecer, se calhar até nos primeiros quatro anos. Nunca o Gabinete Jurídico e Contencioso fez essa sugestão. Não sei se o atual Presidente da Câmara foi convidado a sentar-se à mesa com os advogados para chegar a qualquer tipo de acordo. Devia ter sido feito. É evidente que não se podia dar 150.000 € por aquele terreno, isso era gestão danosa. Era preso*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*por ter cão e preso por não ter. Eu confiei nos tribunais e nos advogados avançados para tratarem do processo. Ponto final.”*

**João Coucelo**, fez a intervenção que se segue:

*"Estamos a andar à volta. Não vale a pena. Eu partilho da opinião da Dr.<sup>a</sup> Odete sobre esta matéria. Nós não temos que estar a avaliar questões de construção de muros, preços de terrenos, o que está em causa são avanços e recuos e situações que não foram esclarecidas na altura própria. Eu acho que num processo destes o Presidente da Câmara tem sempre que estar a par da situação e atuar. Os advogados são representantes mas não trabalham sozinhos. Eles têm autorização para representar a Câmara, mas não para tomar decisões. Compete à Assembleia Municipal fiscalizar a atividade da Câmara, com certeza, mas o processo vem desde há 18 anos atrás e nunca foi trazido à Assembleia para que esta se possa pronunciar. Acho que é lamentável que só venha agora. Quando o Senhor ex-Presidente da Câmara contesta as decisões dos tribunais, quem sou eu para estar a fazer julgamentos de valor sobre se os tribunais decidiram bem ou se decidiram mal. Não tenho o direito de fazer isso. Se alguém tem o direito de o fazer são os advogados, apresentando recursos na altura própria. Eu não estou a favor de nenhuma comissão de inquérito. Se o atual Presidente da Câmara entender fazer uma auditoria externa para esclarecer responsabilidades, que a peça. Já se gastou tanto dinheiro com auditorias, acho que esta, num processo de 500.000 €, se justifica. Eu não proponho nada disso porque, que eu saiba, desta Assembleia, nem desta bancada nem da bancada do Partido Socialista, foi feita qualquer proposta. O Senhor Presidente da Assembleia é que falou nisso. Neste momento temos muitas coisas que precisam de ser esclarecidas e podemos esclarecê-las consultando o processo e levantando dúvidas a quem de direito. Eu espero que as coisas não levem mais 18 para serem esclarecidas devidamente. Não é neste período que se vão tomar posições. Da minha parte, não proponho rigorosamente mais nada sobre este assunto.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, fez a intervenção que se segue:

*"Em 20 anos ocorreram mais de 250 processos contenciosos na Câmara Municipal de Pombal. Seria injusto e impossível o Presidente da Câmara ter tempo para os ler. Se temos advogados é para ficarem responsáveis sobre o assunto.”*

**João Coucelo**, fez a intervenção que se segue:

*"Eu não disse isso. Eu não ia exigir uma coisa dessas ao Presidente da Câmara.”*

**Michäel António**, fez a intervenção que se segue:

*"Eu vou pegar nas palavras do Dr. João Coucelo, evidentemente que ninguém ignora o período pré-eleitoral que estamos a atravessar, efetivamente esta Assembleia deve ponderar esse aspeto. Eu percebi o que o Senhor Presidente da Câmara disse, que foi uma intervenção sofrida. É sofrida? Pois é, porque estamos a falar de meio milhão de euros. Infelizmente, também tivemos um desfalque. Mas esse teve um desfecho favorável para o Município. Como o Senhor Presidente da Assembleia disse, e muito bem, tivemos dezenas e dezenas de processos judiciais em que a esmagadora maioria correu muitíssimo bem. Acho que é a primeira vez que se está aqui a discutir um processo judicial. Auditoria, comissão de inquérito, seja o que for... O que eu disse é que há muitas coisas no processo, nomeadamente no processo administrativo da Câmara, que devem ser esclarecidas. Quem pretende esclarecimentos pode-os solicitar ou consultar os processos. Mais uma vez digo, que quem quiser pode pedir todos os elementos do processo, tal como eu pedi, aliás, queria agradecer aos serviços e ao Senhor Presidente da Câmara porque foram extremamente céleres a facultar-me aquilo que solicitei. Eu passei oito anos no Gabinete Jurídico e gostava que isto fosse devidamente esclarecido, eu não quero ficar com o ónus e não quero que sejam ditas coisas que possam incutir ou dar a entender que há determinadas responsabilidades... se for feita alguma averiguação, que eu acho muito bem que seja feita, que recue não só 18 anos, mas antes até à prática dos factos que deram origem ao processo. Que todos os executivos, todas as pessoas com competências delegadas, nomeadamente eu, dirigentes*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

da Câmara a quem tenham sido feitos despachos com ordens, que prestem os seus esclarecimentos. Eu estou perfeitamente disponível – já o disse – para prestar os esclarecimentos que entenderem.”

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, fez a intervenção que se segue:

*"Vamos, a nível interno, pedir aos juristas que a Câmara tem ao seu serviço, com a ajuda do Senhor Deputado Michäel António, esclarecer devidamente, com uma análise pormenorizada, todos os trâmites do processo. Dura lex, sed lex. A lei é dura mas é lei. Agora, que nos podemos considerar indignados, podemos. Indignados, revoltados e descontentes. Eu sou um deles. Nunca pensei que este processo tivesse esta conclusão irreal e injusta. Não há justiça neste processo. Não se pode consentir que alguém receba 500.000 € por uma coisa que só vale uns 10.000 €. É isso que se contesta. O terreno saiu é valorizado com a utilização do saibro, até está lá uma casa, e a seguir à casa é reserva ecológica. Se se retirasse o saibro e se fizesse o terreno todo plano era melhor e custava muito menos que fazer o muro, que até nem se pode fazer. Há aqui muitos engenheiros civis competentes, com quem eu trabalhei 20 anos, que podem analisar o projeto que foi elaborado tendenciosamente. O muro podia ser de gabiões, ou podia ter só um ou dois metros, porque é que se há de fazer um muro de oito metros? O muro desvaloriza o próprio terreno."*

**José Grilo**, fez a intervenção que se segue:

*"Já estou como diz o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a vida ensina-nos muitas coisas. E em cima do que ela nos ensina, obriga-nos a uma reflexão sobre aquilo que ouvimos. Há coisas que desprezamos, há coisas a que não ligamos, há coisas que selecionamos, depende da cabeça de cada um e dos objetivos que se tem na vida. Eu pedi a palavra para pedir, além da Assembleia, à Dr.<sup>a</sup> Odete e ao Dr. João Coucelo, que corroborou a ideia da Dr.<sup>a</sup> Odete, se estamos perante um inquérito ou uma auditoria, que a ser, teria de ser interna. Quando eu saio para um inquérito, saio com objetivos definidos. Eu sei o que quero atingir e sei que há variáveis que tenho de preencher. Esta Assembleia precisa de um inquérito para saber como é que os advogados e os serviços jurídicos externos à Câmara traçaram o programa que levou a estas vicissitudes todas? Penso que não. E uma auditoria? Quando eu peço uma auditoria a uma empresa, não peço uma auditoria a um comportamento. Peço uma auditoria e tenho objetivos a atingir, defini previamente uma carta de serviço. Não me parece que seja o caso. Então posso ter um auditor, interno ou externo, que me vai dizer que variações houve, que desvios existiram, isso é o que eu defini previamente. Parece-me que não é o caso. Perante isto, eu proponho que o assunto seja levado a debate interno de cada bancada e numa próxima oportunidade falaremos sobre o assunto."*

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, fez a intervenção que se segue:

*"Estamos todos de acordo? A Dr.<sup>a</sup>, está de acordo?"*

**Odete Alves**, fez a intervenção que se segue:

*"Estamos de acordo quanto a quê, Senhor Presidente? Eu acabo por não perceber muito bem. Nós, no que diz respeito a aquilo que se passou no processo, estamos perfeitamente esclarecidos, até do ponto de vista, não só técnico, mas do ponto de vista da responsabilidade política, estamos completamente esclarecidos. Não me parece ser necessário a existência de qualquer auditoria ou de qualquer comissão de inquérito."*

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, fez a intervenção que se segue:

*"Eu pedia que o assunto fosse colegialmente analisado, com as bancadas desta assembleia, com a colaboração do Gabinete Jurídico e Contencioso e que se chegasse à conclusão das quotas-partes de responsabilidade do desenrolar de todo este processo. Desde o início até ao fim."*

**Odete Alves**, fez a intervenção que se segue:

*"Então, nesse caso, parece mais lógico que na próxima Assembleia, que será uma Assembleia muito próxima das eleições, temos de ter consciência disso, que se agende este ponto no ordem de trabalhos e que até lá as bancadas possam fazer esse trabalho para chegar às suas conclusões."*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

**João Coucelo**, fez a intervenção que se segue:

*"Eu queria dizer à Dr.<sup>a</sup> Odete que eu vejo com alguma dificuldade que se faça um trabalho dessa natureza no período que se avizinha. A senhora quer fazer isto num período em que a maior parte das pessoas está de férias ou quem não está de férias vai estar cheio de trabalho? Evidentemente, isto é um assunto importante. Com certeza que eu me vou informar melhor sobre dois ou três aspetos que ainda não conheço completamente, mas se a Dr.<sup>a</sup> Odete já tirou as suas conclusões então que as diga e que as traga a esta Assembleia e que as exponha do seu ponto de vista. Eu ainda não cheguei, infelizmente, a nenhuma conclusão. Culpabilizar, responsabilizar ou dizer que não se fez e devia ter sido feito ou que foi mal feito. Tenho algumas noções dessas coisas, mas não posso formar ainda uma opinião definitiva sobre o assunto. Eu peguei apenas nas suas palavras, mas eu penso que se já tirou as suas conclusões, então nós gostaríamos de saber quais são."*

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, fez a intervenção que se segue:

*"Senhor Deputado e Senhora Deputada, porque não fazer uma Assembleia extraordinária, daqui a quinze dias ou um mês, para os juristas, deputados e líderes de bancada irem analisar, folha por folha, todo o processo e tirarem as suas conclusões?"*

**João Coucelo**, fez a intervenção que se segue:

*"Senhor Eng.<sup>o</sup>, desculpe lá, eu faço a proposta de encerrar este assunto por hoje. Queria chamar a atenção para uma altura em que o senhor era para ser crucificado na praça pública e nesta Assembleia por causa de um desfalque, a que eu me opus com todos os argumentos possíveis da razão, junto com o Dr. Grilo, e que a Dr.<sup>a</sup> Odete compreendeu e o Dr. Armindo Carolino lá acedeu, mas foi porque estávamos convictos que não havia que imputar graves responsabilidades políticas ao Presidente da Câmara, que na altura era o senhor. Neste momento vou usar o mesmo princípio, eu não quero, e não me parece que qualquer um de nós queira, tomar decisões precipitadas num processo que é muito mais complexo e demorado de analisar e evitar fazer uma Assembleia extraordinária para estarmos aqui a "partir pedra" e a não chegar a conclusão nenhuma de fundo. Isto obriga a um estudo aprofundado de cada uma das bancadas e a trazerem aquilo que consideram ser as suas conclusões."*

**José Grilo**, fez a intervenção que se segue:

*"Senhor Presidente, desculpe, mas eu fiz uma proposta oral que gostava que passasse à discussão e que fosse a votação."*

**Jorge Neves**, fez a intervenção que se segue:

*"Mas afinal quando é que isto acaba? Quando é que começamos a discutir os outros pontos agendados? Estamos aqui a fazer o quê? O período antes da ordem do dia já acabou há muito, já lá vão quatro horas. Já chega. Isto é uma pouca-vergonha. Depois dizem que os eleitores não confiam nos políticos. Pois claro que não. Daqui só se podem tirar conclusões políticas, não acredito que alguém tenha roubado o dinheiro de propósito. Não vamos estar a discutir isto toda a noite."*

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, fez a intervenção que se segue:

*"Não é a primeira vez que estamos aqui muitas horas consecutivas, já chegámos a sair perto da meia-noite.*

*Eu penso que se podem trazer as conclusões das respetivas forças políticas aqui representadas, CDS, PSD, independentes, PS e CDU, na próxima Assembleia. A não ser que eu coloque à votação uma proposta escrita pelo Dr. Grilo, se essa proposta for aprovada dá-se lhe seguimento. Estamos em Democracia, temos de ouvir as pessoas todas. O assunto é grave."*

**João Coucelo**, fez a intervenção que se segue:

*"Eu partilho da opinião do Senhor Deputado Jorge Neves. Eu não sei qual é a proposta. Eu ouvi o Dr. Grilo, mas não sei o que ele pretende com a sua proposta. Eu agradecia que ele*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*formalizasse a proposta. Se o Senhor Presidente ou o Dr. Grilo querem insistir no assunto, de uma vez por todas, coloquem a proposta a votação.”*

**José Grilo**, fez a intervenção que se segue:

*"A minha proposta pretendia ser, à minha maneira serena, da qual me orgulho, um momento para reflexão. Fiquei muito satisfeito quando vi que o Dr. João Coucelo e a Dr.ª Odete Alves não se afastavam dessa ideia. Eu sugeri que cada bancada reflita sobre este assunto. Ouvi dizer a seguir que se podia agendar para uma próxima assembleia. Isso é um assunto que os líderes de bancada devem discutir com o Presidente da Assembleia. A minha proposta, Dr. João Coucelo, é no sentido de acabar com isto e vamos remeter isto para discussão interna de cada uma das bancadas, e que depois, com o Presidente da Assembleia Municipal, entendam se deve ser agendado ou não.”*

**Odete Alves**, fez a intervenção que se segue:

*"Da parte desta bancada nada a opor a aquilo que foi agora proposto pelo Dr. Grilo.”*

**João Coucelo**, fez a intervenção que se segue:

*"Igualmente. Não sei porque se esteve a discutir isto tanto tempo.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, fez a intervenção que se segue:

*"Vamos proceder de acordo com a proposta do Dr. José Grilo.”*

**O Senhor Presidente da Câmara**, fez a intervenção que se segue:

*"Eu ficarei disponível para qualquer questão dos Senhores Deputados.*

*Eu chamava a atenção de que, tendo-se entrado na ordem do dia, não poderia haver nenhuma votação. Quem está na mesa tem de estar mais atento ao regimento. Deixe-me acrescentar uma coisa. Alguém quer mais auditoria ou escrutínio do que uma sentença judicial? Está lá tudo escrito. Está lá escrito que foi presente à reunião de Câmara um acordo, que a Câmara concordou com ele e que não foi cumprido. Está lá escrito. A seguir houve um pedido de conversão da prestação de facto em prestação pecuniária e a Câmara não se opôs devidamente. Está lá escrito. Eu percebo o exercício político da Dr.ª Odete de me tentar pôr na lista, porque eu tenho a certeza absoluta que, se quem estivesse aqui fosse o Eng.º Narciso Mota, a senhora estava a fazer todo o corolário de acusação e não o faz oportunamente. Do ponto de vista político, a pior coisa que pode acontecer é o Partido Socialista chegar à conclusão e dizer publicamente aquilo que eu acabei de dizer, que é aquilo que os senhores sabem. Os senhores sabem da leitura que fizeram, que estas matérias são incontroversas, estão julgadas, estão provadas e são indiscutíveis. A questão, infelizmente, tem esta gravidade. Eu não fico satisfeito por ter sido com A, B ou C. Mas é assim, não vale a pena insistir. Está lá escrito, vão lá ler. O advogado apresentou uma proposta, a Câmara entendeu que a proposta era boa e subscreveu-a, mas a seguir não fez o muro. Vamos simplificar as coisas. Andámos a enrolar este tempo todo por causa do muro. Infelizmente, quanto a isto, as coisas são muito simples. Eu, todos os quinze dias, escolho os processos mais complexos onde a Câmara está envolvida e faço uma reunião com o Gabinete Jurídico às terças-feiras às 9 da manhã. Precisamente para evitar este tipo de trapalhadas. Faço isto todos os quinze dias, e se os Senhores Deputados quiserem assistir a uma dessas sessões, estão todos convidados.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, fez a intervenção que se segue:

*"Senhor Presidente, se tivesse sido construído o muro, conforme a ordem dada, em reserva ecológica, o que é que acontecia à Câmara?”*

**O Senhor Presidente da Câmara**, fez a intervenção que se segue:

*"Não acontecia nada, porque as sentenças judiciais podem ferir a REN à vontade.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, fez a intervenção que se segue:

*"E os quatro anos em que não houve diálogo, conclusão, nem acordo?”*

**O Senhor Presidente da Câmara**, fez a intervenção que se segue:

*"Eu fico à disposição dos Senhores Deputados para qualquer esclarecimento.”*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

**Vítor Gomes**, fez a intervenção que se segue:

*"Quero responder ao Senhor Presidente da Câmara sobre a sua intervenção inicial e dizer-lhe que reafirmo tudo aquilo que disse naquela Assembleia. Para que conste, reafirmo tudo aquilo que disse. E falei em meu nome, não em nome do partido. O Senhor Presidente aproveitou, de uma forma soez, uma vez que já me tinha respondido a esta questão na própria Assembleia, para me responder outra vez e chamar à colação o candidato do Partido Socialista à Câmara de Pombal, que na época era Vereador. Só o fez por causa disso. Não subestime a minha inteligência, Senhor Presidente.*

*Um familiar de um indivíduo veio ter comigo e disse-me que ficou indignado por um desses senhores ter uma rua com o seu nome, pelo seguinte motivo: esse senhor mandou, no dia seguinte às eleições do Humberto Delgado, a casa do pai dele, que tinha estado numa mesa de Assembleia de Freguesia e na qual deve ter acontecido qualquer coisa que o Regime não gostou, um esbirro para lhe pedir a identificação. Com certeza para lhe dar um louvor. Eu, pessoalmente, não concordo com essa atribuição.*

*Eu estou a responder ao Senhor Presidente da Câmara, sobre a questão que ele levantou, no meu entender, de forma maliciosa. No fim fez uma insinuação à minha inteligência, se bem se recorda. Já não é a primeira vez que me ataca pessoalmente nesse aspeto. A primeira vez foi porque tinha vindo dos Carrascos ou dos Pinheiros. Eu vim dos Carrascos e dos Pinheiros, mas venha de onde quer que venha, considero-me uma pessoa honesta e não me considero dos mais burros. Eu tenho muito orgulho das minhas origens, será o seu caso? Eu tenho muito orgulho dos meus pais, do sítio de onde vim e da maneira como me tornei homem. Acho que transmiti isso para os meus filhos, portanto, sobre isso, o senhor não me dá lições e agradeço que não volte a fazer essas insinuações.*

*Na Informação do Senhor Presidente, consta que terminou no dia 1 de junho o prazo para apresentação de propostas para a Quinta de Sant'ana. Eu gostava de saber quantas propostas foram apresentadas e se há algum concorrente vencedor ou se não há nenhuma. Eu gostava de ter alguma informação sobre isto.*

*Aquilo que aconteceu no Pinhal Interior, só por eufemismo é que se pode chamar Pinhal Interior, aquilo é o Eucaliptal Interior, é uma tragédia. Numa tragédia destas dimensões não há ninguém que possa ficar insensível. Todos nós lamentamos o que aconteceu e eu dou as minhas condolências a todos os que pereceram naquele teatro de operações. É de louvar o papel dos bombeiros, dos nossos e dos outros, e da Cruz Vermelha. Em 2005, tivemos uma tragédia, felizmente sem vítimas mortais, mas de grande dimensão. O que fizemos para evitar que essas situações voltem a ocorrer? Nada. O Senhor Presidente, mesmo com as associações de produtores florestais e dos sapadores florestais, a floresta – eu já disse aqui que não é floresta, é selva – continua desordenada e continua-se sem fazer cumprir as faixas de gestão de combustíveis. O Senhor propôs uma OPA florestal, e eu sou das pessoas que defende essa OPA, mas até agora nada. Aquilo foi show off pelas freguesias. Já há algum terreno adquirido? Consta-me que não.*

*O Conselho Municipal de Segurança de Pombal, tomou posse no ano passado, nessa reunião foi determinado que iriam ser constituídos grupos de trabalho para atuar nas diversas áreas da segurança. Até agora nada. Não sei qual é a preocupação com a segurança dos cidadãos, quer em termos ambientais, florestais, rodoviários, catástrofes... Ainda neste âmbito, existe na Proteção Civil algum plano de contingência para situações de calamidade desta natureza. Quem é que faz o quê, quando e onde. Eu ouvi a Senhora Vice-Presidente de Castanheira de Pera referir que o Centro de Saúde não tinha médicos nem enfermeiros, tiveram que invadir aquilo com os médicos que havia pela zona. Isto tem de estar previsto nos planos de contingência. Alguém tem de chamar alguém, e esse alguém tem de estar determinado. Gostava de saber o que é que está previsto em situações desta natureza."*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

**Michäel António**, fez a intervenção que se segue:

*"Registo para memória futura o assunto que foi aqui trazido pela Dr.<sup>a</sup> Odete Alves e a vontade ou não de a Assembleia esclarecer os factos.*

*Há pouco disse que pretendia fazer uma intervenção a respeito do ordenamento do território. Vou tentar ser breve. Em 2002, em exercício de funções como Vereador, fui a Coimbra, à Direção Regional do Ambiente, levantar o caderno de encargos, pedindo ao Eng.<sup>o</sup> Mota Lopes, que na altura era o Diretor, para abrir concurso para a Praia do Osso da Baleia. Na altura ficou muito admirado e perguntou-me porque é que a Câmara queria que o Ministério do Ambiente abrisse concurso para a "Praia Mata Sete", ainda por cima tratando-se de uma Câmara, porque ele não conhecia Câmara nenhuma a explorar alguma praia. Na altura disse-lhe que a Câmara de Pombal ia pôr a Praia do Osso da Baleia no mapa. E meteu. Está no mapa nacional e no europeu, porque a Associação Bandeira Azul a recomenda vivamente como praia a frequentar. Dito isto, o plano de ordenamento da orla costeira Ovar - Marinha Grande, que engloba os 9 quilómetros de costa de Pombal, previa na altura, porque a Praia do Osso da Baleia era considerada praticamente deserta, o mínimo de infraestruturas. Há quem pergunte porque é que o apoio de praia é tão minúsculo, que mistura as funções de socorro com o bar. Acreditem ou não, aquilo é projeto tipo do Ministério do Ambiente. O parque de estacionamento agora tem o dobro do tamanho, porque o ex-Presidente da Junta de Freguesia do Carriço foi temerário e alargou-o para o dobro. Valeu-lhe um processo-crime. Felizmente foi arquivado. Nas reuniões da comissão de acompanhamento do processo de revisão do POOC, que esteve em vigor mais de 10 anos para além da sua vida útil, ou seja, está totalmente obsoleto. Como o Senhor Presidente disse, foi aprovado este mês e aguarda-se pela publicação. O que é que foi reivindicado na altura? Sobretudo estacionamento. Porquê? Porque não deixavam pavimentar. Agora está aprovado e será pavimentado seguramente, com corredores de emergência e com obstáculos físicos para obrigar as pessoas a estacionar devidamente. Para vos dar um exemplo, uma vez, para evacuar uma pessoa foram precisos quase três quartos de hora para a ambulância conseguir sair. Eu disse que a única estrada de acesso à praia e de regresso da praia é aquela e o estacionamento com a dimensão que tem e com a afluência de milhares de pessoas. Aí está o motivo do POOC estar obsoleto, a praia era deserta mas agora é frequentada por milhares de pessoas por dia. Agora multipliquem isto pelas viaturas. Quem lá chega encontra um desordenamento absurdo e as pessoas estacionam onde conseguem. Eu não quero ser alarmista, quero apenas prestar o meu contributo, mas o ICNF foi teimoso e intransigente e a pretexto da proteção do ambiente disseram que em circunstância alguma admitiriam o alargamento do parque de estacionamento. O meu receio é que se houver um incêndio que as pessoas tenham a mesma reação instintiva de fugir e pegar nos carros, com aquele desordenamento que existe no verão, culpa das entidades que aprovaram o POOC e que não admitem qualquer tipo de exceção. Só para dar um exemplo, a estrada atlântica demorou seis anos para suas excelências autorizarem a Câmara a fazer a obra e a pagá-la, mas a estrada é do ICNF e é administrada pelo Ministério da Agricultura. A estrada atlântica prevê, ao lado do parque de campismo, um parque de estacionamento devidamente dimensionado, com sombreamento e painéis solares, para as pessoas poderem deixar lá o carro e terem um vaivém gratuito. Foi esse o projeto apresentado. E passados mais de 15 anos, continuamos com o Ministério do Ambiente a não agilizar nem a facilitar as coisas. Fala-se muito do ordenamento do território, mas os planos são obsoletos, demoram anos e anos e temos intransigências absolutas. O parque de estacionamento neste momento tem capacidade para 250 viaturas, o que não é nada. A sugestão da Câmara, para além do apoio de praia completo, que eu vi que já foi aprovado, quanto à exigência de se abrir uma nova frente de praia na freguesia da Guia, que também já foi aprovada, na altura o que a técnica do ICNF disse foi "nem pensar, as florestas são geridas por nós e não admitimos sequer que se abram aceiros." Isto para vocês verem a intransigência. Basta uma entidade pode criar uma*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*“areia na engrenagem”, então imaginem quando são vinte ou vinte e cinco entidades a participar na comissão de acompanhamento. O que eu sugiro é que a Câmara insista junto das entidades para que abram canais de exceção, dando esta última tragédia como exemplo, e que diga que se a praia é frequentada por milhares de pessoas, permitam que o parque de estacionamento seja devidamente dimensionado e que o ordenamento do território não tem que beliscar o ambiente, mas tem é que ser pensado e devidamente ponderado.”*

**José Grilo**, fez a intervenção que se segue:

*"Eu pegava nas palavras do nosso colega da bancada da CDU para dizer que eu me levantei muito cedo. E uma das obrigações que tinha, e causa da insónia, era que não tinha lido o ponto n.º 1 dos documentos que nos foram remetidos. Mas li o documento, li e tomei apontamentos. E é sobre os mesmos que eu me queria pronunciar. No fim de os ler fiz o meu juízo e disse: isto é pensar grande, isto é não desperdiçar energias em coisas secundárias. Um político não pode pensar dessa maneira, é preciso concentrar energias no que dá bem-estar às pessoas. Naquelas 111 páginas isso está lá trespassado. Tratar o cidadão com dignidade, foi um ato que se verificou com a inauguração da Unidade de Saúde Familiar do Oeste, porque se melhorou a prestação médica. Nunca mais a população da zona geográfica de onde eu sou oriundo será tratada pelo João Semana, mas sim por critérios médicos altamente científicos e a Unidade de Saúde Familiar é responsável por isso. O concelho, na semana de 3 a 8 de abril viveu a semana da saúde, gostei de ler isto, com acompanhamento personalizado por nutricionistas para a compra de alimentos mais saudáveis nas áreas comerciais. Acompanhamento personalizado, a vantagem que não era se eu o tivesse sempre que a minha mulher me manda às compras, evitava muitos ralhetes ao chegar a casa.*

*A 7 de abril houve a Feira da Saúde, com avaliação de indicadores de saúde na praça do Cardal, com o intuito de sensibilizar e informar a população em geral sobre as diversas temáticas relacionadas com a saúde. Eu sou um pouco faccioso, apanho muito as questões relacionadas com a saúde e as questões sociais. A 10, 11, 12 e 17 de abril foram feitas quatro sessões de formação de higiene e segurança alimentar, nos refeitórios escolares destinados às pessoas que manipulam os alimentos. Gostei sim senhor. Informar quem nos trata da saúde alimentar é muito bom. A 18 de abril, culinária saudável, alertando para os efeitos que a confecção pode ter nos alimentos, a substituição do sal por especiarias e ervas aromáticas. E a importância das fichas técnicas para os alimentos que nos provocam alergias.*

*Na ação social, que quanto a mim esteve um pouco frouxa, foram atendidos 60 cidadãos e o número de atendimentos terminados é apenas de 18. Evidentemente, a saudosa Dr.ª Conceição Vicente deixou o serviço desfalcado ou então sou eu que estou a ser exigente demais ou injusto demais. Outro tema que me é caro, que é a teleassistência. Quantos casos tem, Senhor Presidente, de idosos que estão em casa e que têm uma pulseira que monitoriza o seu estado de saúde? É uma mais-valia e um bom exemplo a seguir.*

*E a extensão da drenagem de águas residuais aos ramais de águas. E o ambiente? A gestão de resíduos? A Praia do Osso da Baleia, aqui tão falada? Faltou falar na articulação com a Capitania do Porto da Figueira da Foz, para dar uma maior segurança aos veraneantes que frequentam aquelas areias.*

*Sobre o Gabinete Técnico Florestal, foram feitas limpezas coercivas com os GIPS, com aplicação do Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho. Elas não são é noticiadas, mas foram feitas.*

*Outra coisa que me orgulha é a participação da Associação dos Produtores Florestais. Eu lembro os presentes que tentou ser uma réplica ao desastre que nos assolou no ano 2005, e que teve um grande apoio e impulso do executivo camarário da altura, presidido pelo Eng.º Narciso Mota. Vejam só, a Câmara promoveu uma fiscalização dos trabalhos da Associação de Produtores Florestais, relativos à limpeza de 100 hectares na Serra de Sicó, no âmbito do orçamento*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*participativo. Aqui também pergunto ao Senhor Presidente se já tem resultados para nos apresentar.”*

**Ilídio Mota**, fez a intervenção que se segue:

*"Antes de começar a minha intervenção quero pedir desculpa por me ter ausentado desta Assembleia para ir prestar a minha homenagem no funeral do Professor e Maestro Jaime Pascoal, que decorreu há pouco. Muito consternado, mas foi bom ouvir as palavras do Senhor Padre João Vaz, que me ajudaram a aceitar todas estas tragédias, desde os 64 mortos do passado fim de semana no terrível incêndio e agora o falecimento do Maestro Jaime Pascoal. O Senhor Padre disse “não estava nada escrito, se estivesse, Deus não nos amava. Aconteceu. O que fica escrito é o que as pessoas fazem.” E o Professor Jaime Pascoal fez coisas fantásticas, e é isso que fica na nossa memória. Tal como, certamente, fizeram as 64 vítimas do incêndio, como o bombeiro, que às portas da morte disse “socorre aquele e depois a mim”.*

*Sobre a atividade do Município, queria saudar alguns aspectos, sem abrilhantar, não é para isso que cá estamos, e também sem fazer demagogia, como o Deputado Vítor Gomes fez há pouco, quando disse que não se fez nada. Pode dizer que se fez pouco, mas não diga que não se fez nada. Há muita gente envolvida na atividade municipal e há muito trabalho do Senhor Presidente da Câmara, dos Senhores Vereadores, dos trabalhadores da Câmara, muitas instituições e, em estreita parceria, das Juntas de Freguesia. Do trabalho feito em conjunto com as Juntas de Freguesia queria destacar, na área das florestas e da prevenção, 180 hectares de faixas de gestão de combustível que estão a ser realizadas por contrato interadministrativo entre o Município e as Juntas de Freguesia. O dobro do que foi feito no ano passado. Estas faixas não são só da responsabilidade do Município, a Brisa, a REFER e a EDP também têm de as fazer. E estas faixas são contagiantes, porque há muitos proprietários que dão continuidade nas suas propriedades ao trabalho que nós estamos a desenvolver. A beneficiação e alargamento de caminhos florestais, que teve início este ano e que agora continua, os pontos de água para abastecimento de helicópteros, no sábado passado, na apresentação das brigadas autárquicas, foram referidos pelo comandante do helicóptero. Foi feito um trabalho de excelência este ano neste aspecto. As brigadas autárquicas contam com 152 voluntários, que o Município equipou com equipamentos de proteção individual, deu formação e suportou os seguros para que, com as Juntas de Freguesia, façam a vigilância e, em caso de necessidade, uma primeira intervenção. Queria agradecer a estes 152 homens e mulheres que dão muito do seu tempo a vigiar a floresta. Esta medida já vem desde há alguns anos atrás e tem ganhado força de ano para ano. Ainda esta semana recebi contactos de juntas de freguesia de Aveiro, que me perguntam como é que isto funciona aqui, porque querem implementar este modelo lá. Queria referir a boa articulação entre o Município, Juntas de Freguesia, GIPS e Bombeiros, e também as ações de sensibilização, que são muitas as que se fazem, e que são da máxima importância. Todos nós temos o dever de sensibilizar a população. Na semana passada deflagra um incêndio às onze horas da noite perto da minha casa, um indivíduo cortou o feno no seu terreno e à noite rega-o com gasolina e pega-lhe fogo. Ia acontecendo uma tragédia, por isso é preciso sensibilizar as pessoas. Eu acho que o senhor não agiu por maldade, mas tem de perceber que é perigoso e que não o pode fazer. Em relação à OPA florestal, eu acho vai dar muitos frutos. É necessário olhar para a floresta de outra maneira e eu ouvi alguém dizer que há décadas que ouvimos falar os especialistas no combate aos incêndios e especialistas no pós-incêndio, mas é preciso ouvir falar os especialistas em floresta. E estes especialistas se calhar vão falar em OPA's florestais.*

*Queria referir que estive na ação no IC 2, em que não defendi nada que não fosse que se olhasse para o IC 2 de outra maneira, que, quanto a isso, a Junta de Freguesia de Vermoil já fez a sua exposição e quando o Senhor Presidente da Assembleia diz que as rotundas não funcionam e que são necessários é cruzamentos desnivelados, eu não concordo e defendo as rotundas, em linha com o critério que a Infraestruturas de Portugal tem defendido para Leiria, e porque precisamos*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*de segurança e de um IC 2 minimamente aberto para que o comércio e indústria que vive do IC 2 se consiga manter. Pombal perderia muito se se tivesse feito uma variante.”*

**Pedro Brillhante**, fez a intervenção que se segue:

*“Para nós que andamos na vida pública e na política há algum tempo, mesmo os mais jovens, vamos ouvindo sistematicamente que as pessoas estão cada vez mais afastadas da política. Inversamente proporcional ao facto de as pessoas se afastarem cada vez mais da política, é existirem muitos outros que parece que se querem agarrar a ela ad aeternum, contra tudo e contra todos, usando qualquer tipo de argumento. Eu acho que isso nos deve fazer pensar que as pessoas estão cada vez mais afastadas da política, mas que serão aqueles que agora nela entram que terão a maior fatia da responsabilidade por esse facto. Era só esta reflexão que eu queria deixar, porque tenho muito respeito por si, como sabe. Este pormenor fez-me pensar um bocado e levou-me a esta reflexão, que talvez todos devêssemos fazer.*

*Quanto ao ponto 3 da Informação do Senhor Presidente, queria dizer que para nós, JSD e PSD, um gosto em ver a aposta continuada do Município nas áreas da juventude e nas áreas do desporto, que para nós são muito relevantes. Começo por identificar a VIII Feira da Juventude, que teve continuidade e veio reforçar o investimento desta autarquia na juventude, queria dizer que foi com especial apreço que vimos acontecer este ano algumas melhorias, nomeadamente a participação de institutos superiores na nossa feira. É bom ver esta Câmara a dar ouvidos aos órgãos que aqui reúnem. Foi também com especial agrado que vimos a introdução de pormenores culturais por toda a cidade, já se tinha falado de levar a feira de juventude para o centro da cidade. Queria dar os parabéns a esta autarquia e ao pelouro da juventude pelo arrojo com que o fez.*

*Falar de juventude é falar de desporto, queria aproveitar para falar do Programa Pombal em Movimento, que é conhecido e gratuito para que as pessoas possam praticar desporto ao domingo de manhã, envolvendo várias associações e empresas, o que permite aos pombalenses ter acesso a um estilo de vida saudável. Em Pombal, em que se aposta tanto na qualidade de vida da população, este é um marco político muito interessante e importante, que deve ser ressaltado. Quando se quer apostar na qualidade de vida das pessoas é importante envolver a comunidade como o fazemos e este programa é um bom exemplo disso.*

*A resistência BTT Gambuzinos, que para nós foi uma interessante adição à marca Gambuzinos que a Câmara desenvolveu. Como a marca estava tão consolidada, achámos interessante incorporar e estender a marca a uma nova realidade. Isto é relevante para a marca da cidade e do concelho, apostamos, cirurgicamente, neste tipo de atividades, qualidade de vida e desporto com uma marca registada. Este evento foi um sucesso.*

*Queria deixar um apontamento político a todos estes pormenores, é muito importante perceber que esta Câmara Municipal é uma referência desportiva a nível nacional, não só porque no atletismo somos uma das maiores provas do país, mas também na ajuda aos clubes e associações que fomentam o desporto em Pombal. Conhecendo a realidade de outras Câmaras, percebemos que somos uma das Câmaras que mais apoios dá à prática desportiva, de longe. Não é por acaso que se multiplicam as chamadas à seleção nacional em todas as modalidades dos nossos atletas. Não é por acaso que continuamos a amealhar títulos nos vários clubes do nosso concelho. Isso não pode ser dissociado do grande trabalho e da política desportiva que tem sido levada a cabo neste concelho ao longo de muitos anos, portanto, acho que estamos todos de parabéns. É importante, na altura de reconhecer os louros, de perceber que as estratégias são de longo prazo. A aposta foi bem feita e a concretização foi extraordinária, portanto, Senhor Presidente, muitos parabéns.”*

O Deputado **Carlos Silva**, fez a intervenção que se segue:

*“Eu não podia deixar de referir, e hoje já muito se falou em incêndios e ordenamento florestal, que, quando acontecem estas tragédias, todos nós nos lembramos da floresta, mas nós temos de*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*nos lembrar da floresta, e do seu ordenamento, durante todo o ano. Eu, como Presidente da Associação de Produtores Florestais, uma associação implementada pelo Município e, nomeadamente, pelo atual Presidente de Câmara, não posso deixar de elogiar o trabalho feito por este executivo no ordenamento florestal do concelho de Pombal. Pombal, neste momento, é um exemplo a nível nacional e muita gente não sabe isto. Eu quero vos dizer que estou convencido que o flagelo que sofremos em 2005 já não acontecia em Pombal. E não acontecia porque está a ser feito um trabalho com algum... estudo, digamos assim. Não é um trabalho atabalhoado, é um trabalho premeditado. Nós temos, todos os anos, reuniões com a Comissão Municipal de Defesa contra os Incêndios, onde eu tenho sido sempre um bocado “reguila”, porque temos os comandantes de todas as forças que operam neste sentido. Embora a Câmara Municipal esteja a fazer um trabalho muito bom, aqui quero enaltecer o trabalho da Vereadora Catarina tem feito e o apoio que tem dado às instituições, temos de refletir sobre o número de projetos florestais feitos este ano, mas se calhar já se fizeram mais de mil projetos no nosso concelho. E 90% desses projetos incluem eucaliptos, eu não sou contra a plantação de eucaliptos, porque é uma das fontes que dá rendimento no prazo mais curto. Mas tem de se plantar eucaliptos onde não se der mais nada, se fizermos uma floresta só de eucalipto vamos fazer uma floresta estanque. O que eu quero dizer é que nesses projetos florestais, o Gabinete Técnico Florestal teve de dar pareceres, tudo isso vai para o ICN, que por sua vez aprova tacitamente, se calhar nem é lido, e o que é que acontece? As pessoas não fazem nada do que consta do projeto, porque sabem que não há fiscalização. Desde a movimentação de solos com recurso a máquinas giratórias, que é completamente proibido, às plantações que não obedecem aos projetos, e é para isto que eu quero chamar a atenção do Município. Eu não sei se o Município tem capacidade para fiscalizar este tipo de situações, sinceramente não sei. Mas a Associação é que não tem. Quando eu abordo estas questões, as pessoas questionam porque é que a Associação não faz denúncias. A Associação não é nenhum fiscal, a Associação nos projetos que faz, exige ao associado que cumpra com a regulamentação, e isso é feito, mas o vizinho que não cumpre com as regras não é fiscalizado. A GNR passa onde eu passo, vê estas situações e não atua. Foi um desabafo meu.*

*Quero dizer que o trabalho que está a ser feito através da descentralização de poderes nas Juntas de Freguesia, está a ser um trabalho excelente. Já o ano passado também foi. Mas esse trabalho também tem de ser fiscalizado. É pena, tendo em conta este exemplo recente, que não se possa abater, nos terrenos de privados, as árvores que estão a menos de quatro metros das estradas. Se essa distância tivesse sido cumprida na EN 236, se calhar não morria lá ninguém. O que eu quero dizer é que, se houver hipótese, acho que a Câmara deve fiscalizar ou pedir a quem fiscaliza mais. Quero elogiar o trabalho, mas acho que podia ser melhor se houvesse mais fiscalização. As Juntas e os seus Presidentes têm que ser fiscais e exigir a quem faz o trabalho que ele seja bem feito.*

*Quero dizer que, das 135 instituições que se candidataram às equipas de sapadores florestais, nomeadamente câmaras municipais, que à primeira fase só passaram 31 instituições e que, das 20 equipas a atribuir, uma foi atribuída à Associação de Produtores Florestais, o que nos vai aumentar a nossa capacidade de atuação e a nossa responsabilidade. Por isso tudo, agradeço publicamente à Câmara o trabalho que tem feito e pelo apoio que tem dado à Associação.”*

**O Senhor Presidente da Câmara, fez a intervenção que se segue:**

*“Senhor Deputado Vítor Gomes, se utilizei alguma palavra que o ofendeu, peço-lhe desculpa, não queria ofende-lo. Com respeito pelas opiniões de toda a gente, estar-me a imputar um rótulo de decisões que eu nunca tomei, de propósito que eu nunca tive, portanto eu fiz essa observação. Provavelmente teria votado a proposta se fosse membro da Câmara, não estou a dizer que está mal. Eu acho é que não se pode fazer as observações que se fizeram aquando da apresentação do*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*livro. Fica por aqui. Eu não quis ser indelicado, mal criado, ou descortês consigo. Peço desculpa pelas minhas palavras.*

*Não houve propostas para a Quinta de Sant'ana, estamos portanto a utilizar o sistema que está previsto no Código da Contratação Pública para fazer a negociação direta. Há pelo menos três proprietários interessados, um com um projeto mais ligado a um campo de férias, outro mais ligado à equitação e outro à restauração. Temos de começar a negociação.*

*Se algum dos Senhores Deputados encontrar matérias, testadas e a funcionar, úteis para serem adicionadas ao conjunto de trabalhos que nós já fazemos na área da floresta, têm a porta aberta. Nós concebemos um plano, do ponto de vista do planeamento o PDM hoje é completamente diferente relativamente à parte da produção florestal, na questão tributária foi feita discussão, tal como se fez do ponto de vista da fiscalização, dos terrenos fiscalizados pelos GIPS, em 2014 foram identificadas 2316 infrações; em 2015, 1432; e em 2016, 626 e 2017, 257 infrações. São os dados que nos chegaram. A criação da Associação de Produtores Florestais, a criação das brigadas voluntárias, com 152 elementos, que dos quais 75 estiveram a fazer formação no Centro de Meios Aéreos no sábado passado, a criação de 180 hectares de faixas de gestão de combustíveis, as limpezas coercivas custam à Câmara 2.000 € por hectare, e a Câmara está a financiar as Juntas de Freguesias a 700 € o hectare. Na OPA florestal temos a apresentação de propostas que correspondem 300.000 m<sup>2</sup>, muito superior à dotação orçamental que nós dispúnhamos, ou seja, superou e muito a nossa expectativa. Os 35 quilómetros de novos caminhos florestais, os pontos de água, a duplicação do valor do IMI quando se verifica prevaricação, a alteração regulamentar que impediu a divisão abaixo de um hectare de prédios em propriedade, os 38.000 desdobráveis que foram enviados para casa das pessoas a explicar como se limpa, a formação de recursos humanos para termos operadores de máquinas para os teatros de operações, o funcionamento da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, a PMU passou a ter uma nova função de âmbito florestal. Eu acho que se despertou uma nova consciência. Há quinze anos atrás, quando se precisava de uma empresa para se fazer uma limpeza florestal, não havia.*

*A Comunidade Intermunicipal encomendou um trabalho sobre a sinistralidade rodoviária, o que nos pareceu ser essencial para dotar os senhores conselheiros de informação fidedigna. Reunir por reunir, sem ter documentos é que é show off. Temos esses documentos, as matérias estão identificadas e esse relatório já foi entregue. Ele servirá para a definição do plano regional de segurança rodoviária.*

*O Plano de Emergência Municipal funciona e será acionado sempre que existam circunstâncias que exijam a sua aplicação.*

*Eu espero que tenhamos condições para avançar com a requalificação do parque de estacionamento da Praia do Osso da Baleia.*

*O resultado do orçamento participativo para a Serra de Sicó é que está limpo. Houve uma proposta e fez-se a limpeza de 100 hectares. Eu pedi um dado que acho importante a Assembleia conhecer. Em Pombal gasta-se mais em planeamento ou em combate? Nós ultrapassámos os 800.000 € de investimento em prevenção. Temos muito investimento nos Bombeiros, mas não pode ser considerado como gasto em combate porque as Equipas de Intervenção Permanente têm mais valências para a população, mas é um trabalho que tem dado bons resultados.*

*Agradeço as palavras do Deputado Pedro Brilhante sobre as questões ligadas ao desporto e juventude.*

*O Senhor Presidente da Associação de Produtores Florestais, entende, Senhores Presidentes de Junta, que alguns trabalhos de limpeza não são feitos com a qualidade espectável, portanto temos de elaborar um sistema de controlo da boa execução.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** fez a intervenção que se segue:

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*“Eu quero dizer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vermoil, como comerciante que é, que saiba comparar o benefício do que é uma passagem desnivelada, quer seja numa cidade ou numa estrada nacional, em relação a semáforos ou a rotundas. Por exemplo, nos Matos da Ranha morreu uma senhora a atravessar a estrada, veja as vantagens, sem prejudicar o comércio, da segurança com que os carros podem sair da estrada se existisse uma passagem desnivelada naquela localidade. Não morrem lá mais pessoas, quem quiser ir ao comércio local sai e entra da estrada nacional em segurança e sem perdas de tempo. Não queira ligar o comércio a uma rotunda ou passagem desnivelada. Qualquer passagem desnivelada serve para que os carros que não precisam de passar, circulem livremente. Antes de se fazerem autoestradas deviam-se redimensionar e fazer passagens desniveladas em todas as estradas nacionais. Poupava-se muito dinheiro e muitas vidas humanas. Não estou a fazer uma crítica, é apenas uma discordância baseada no conhecimento técnico.”*

***Ponto 2.2. Apreciação do Relatório de Execução Orçamental (4.º Trimestre 2016) da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M. – Para conhecimento;***

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que se colocou à disposição dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

Não havendo intervenções sobre este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

**A Assembleia tomou conhecimento.**

***Ponto 2.3. Apreciação do Relatório de Gestão e Contas da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M – Exercício de 2016 – Para conhecimento;***

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que se colocou à disposição dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

Não havendo intervenções sobre este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

**A Assembleia tomou conhecimento.**

***Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas de 2016;***

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

*"Assunto: RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DE 2016*

*Exmo Sr. Presidente*

*Em cumprimento do estabelecido no nº 2 do Artº 76º da Lei 73/2013 de 03 de Setembro, os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pela Câmara Municipal de modo a serem submetidos à apreciação da Assembleia Municipal, na sua terceira sessão ordinária de Junho do ano seguinte àquele a que respeitam.*

*O Artº 75º da referida Lei, estabelece as regras orientadoras para a elaboração da consolidação de contas dos municípios, entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, com as*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*entidades controladas ou participadas, passando esse conjunto de entidades, a designar-se Grupo Autárquico.*

*Fazem parte do perímetro de consolidação para o ano de 2016, o Município de Pombal como entidade consolidante e a PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.*

*À luz do nº 7 do Artº 75º, os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:*

*Balanço consolidado;*

*Demonstração consolidada dos resultados por natureza;*

*Mapa de Fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais;*

*Anexos às Demonstrações Financeiras consolidadas.*

*Todos estes documentos fazem parte integrante do Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2016, que se anexa, devendo ser submetido ao Órgão Executivo para sua aprovação.*

*De igual de modo se submete em anexo, uma nota introdutória que resume de forma sucinta o Relatório de Gestão e as Contas consolidadas.*

*Nestes termos propõe-se que, em conformidade com o disposto no nº 2 do Artº 76º da Lei 73/2013 de 03 de Setembro, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas consolidadas, do ano de 2016, seja submetido ao Órgão Executivo no sentido de deliberar aprovar as contas consolidadas de modo a serem submetidas à apreciação do Órgão Deliberativo."*

**João Coucelo**, fez a intervenção que se segue:

*"A última página deste relatório exemplifica resumidamente aquilo que aconteceu. "Conclui que o grupo autárquico apresentou um aumento de 333.000 € de cash flow", o que é bom, e melhorou os seus indicadores de solvabilidade e de autonomia financeira. Embora tenha havido alguma redução em relação a 2015 dos indicadores de liquidez, contudo, se olharmos para as várias rubricas, podemos dizer que se mantém uma situação altamente equilibrada. Acho que devemos votar favoravelmente.*

**A Assembleia deliberou, por maioria, com 7 abstenções, dos deputados do Partido Socialista, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas de 2016, nos termos propostos.**

**Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

***Ponto 2.5. Apreciação do Parecer do Auditor Externo, ao abrigo da alínea e) do nº 2 do art.º 77.º da Lei nº73/2013, de 03 de Setembro, sobre as Contas Consolidadas – Ano de 2016;***

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que se colocou à disposição dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

Não havendo intervenções sobre este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

**A Assembleia apreciou o documento proposto.**

***Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização de reforço de dotação no Plano Plurianual de Investimentos, para os anos de 2018 e 2019;***

## MUNICÍPIO DE POMBAL

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

*"Foi presente à reunião a informação 28/DAFM/17, da Divisão de Administração e Finanças Municipais, que a seguir se transcreve:*

*"Assunto: Pedido de autorização para reforço de dotações no PPI para os anos de 2018 e 2019  
Sr. Presidente*

*O Departamento Municipal de Operações pretende lançar a concurso ainda no decurso deste ano, as seguintes empreitadas, cuja execução financeira será plurianual, com os seguintes encargos previstos para 2018 e, no caso do Centro Cultural Louriçal, em 2018 e 2019:*

- *Arruamentos e Beneficiação de Estradas e Caminhos na Freguesia do Louriçal (Requalificação da Rua da Murtinheira) - Eur. 200.000,00 (Iva incluso);*
- *Corredor Ribeirinho de Carnide - Eur. 100.000,00 (Iva incluso);*
- *Construção do Parque Radical da Zona Desportiva de Pombal (Construção do Skate Park) - Eur. 150.000,00 (Iva incluso );*
- *Requalificação da zona desportiva de Vermoil - Eur. 300.000,00 (Iva incluso);*
- *Requalificação do Bairro Social dos Caseirinhos - Eur. 120.000,00 (Iva incluso);*
- *Centro Cultural do Louriçal - Eur. 1.000.000,00 (Iva incluso) para 2018 e 250.000,00 (Iva incluso) para 2019;*
- *Estrada de Ligação da Rotunda EN237/Barco/Casarelo/EM530 (Vicentes) – Eur. 350.000,00;*
- *Parque Desportivo da Abiul - Eur. 275.000,00 (Iva incluso).*

*Por se prever encargos plurianuais, que se reflectem nos anos seguintes, no PPI deve constar dotação suficiente, inscrita em 2018 e 2019, que cubra os encargos previstos para esses anos. Actualmente, o PPI disponibiliza a seguinte informação, em termos de dotações inscritas em 2018, para os projectos acima referenciados:*

- *Arruamentos e Beneficiação de Estradas e Caminhos na Freguesia do Louriçal – Eur. 5.000,00;*
- *Corredor Ribeirinho de Carnide – Eur. 50.000,00;*
- *Construção do Parque Radical da Zona Desportiva de Pombal – Eur. 2.000,00;*
- *Requalificação da zona desportiva de Vermoil – Eur. 150.000,00;*
- *Requalificação do Bairro Social dos Caseirinhos – nenhuma verba em 2018;*
- *Centro Cultural do Louriçal – Eur. 400.000,00 apenas para 2018;*
- *Estrada de Ligação da Rotunda EN237/Barco/Casarelo/EM530 (Vicentes) – Eur. 216.000,00;*
- *Parque Desportivo da Abiul – não existe rubrica. A criar com a aprovação da revisão.*

*Pelas dotações insuficientes inscritas para anos seguintes, bem como, pela necessidade de se criar uma nova rubrica designada “Parque Desportivo da Abiul” a inscrever no PPI no Objectivo 2.5.2, deve-se solicitar a competente autorização à Assembleia Municipal, para o reforço das respectivas verbas e criação da novo projecto.*

*Assim proponho que:*

*Nos termos dos n.º 1 e n.º 6 do Artigo 22.º do Dec- Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, o assunto seja despachado à reunião de Câmara, no sentido de deliberar solicitar à Assembleia Municipal a competente autorização para criar um novo projecto designado “Parque Desportivo de Abiul” e, bem assim, reforçar em 2018 e em 2019, as dotações dos projectos, pelos seguintes valores:*

- *Arruamentos e Beneficiação de Estradas e Caminhos na Freguesia do Louriçal – Eur. 200.000,00;*
- *Corredor Ribeirinho de Carnide – Eur. 50.000,00;*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

- *Construção do Parque Radical da Zona Desportiva de Pombal – Eur. 150.000,00;*
- *Requalificação da zona desportiva de Vermoil – Eur. 150.000,00;*
- *Requalificação do Bairro Social dos Caseirinhos – Eur. 120.000,00;*
- *Centro Cultural do Louriçal – Eur. 600.000,00 para 2018 e 250.000,00 para 2019;*
- *Estrada de Ligação da Rotunda EN237/Barco/Casarelo/EM530 (Vicentes) – Eur. 135.000,00;*
- *Parque Desportivo de Abiul – Eur. 275.000,00.*

*À consideração superior."*

*A Câmara deliberou, por maioria, com três abstenções dos Senhores Vereadores Jorge Claro, Aníbal Cardona e da Senhora Vereadora Marlene Matias, submeter, nos termos dos n.º 1 e n.º 6 do Artigo 22.º do Dec- Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, solicitar à Assembleia Municipal a competente autorização para criar um novo projecto designado "Parque Desportivo de Abiul" e, bem assim, reforçar em 2018 e em 2019, as dotações dos projectos, pelos valores propostos na informação supra transcrita.*

*Mais declararam os Vereadores do Partido Socialista, que o seu sentido de voto se deve apenas ao facto de não terem recebido a documentação relativa a este ponto, em tempo de a poderem analisar convenientemente."*

**António Roque**, fez a intervenção que se segue:

*"Eu vou votar a favor porque concordo com o reforço de dotação, mas em relação ao Centro Cultural do Louriçal tenho alguns reparos a fazer, que já ando a fazer há 20 anos. O atual centro cultural não passa de um barracão com placas reluzentes, que foi inaugurado com pompa e circunstância, mas sem as mínimas condições. Serve para estaleiro de máquinas da Junta de Freguesia, que para isso tem as condições ideais. Para centro cultural não tem ponta por onde se lhe pegue. O Louriçal precisa de um auditório criado de raiz, com salas de apoio para as coletividades, com condições para a apresentação de cinema, teatro, dança, música, colóquios e exposições. Temos de pensar no futuro e deixar os elefantes brancos sossegados. O 1.200.000 € deve ser aplicado numa obra de raiz, quem esperou 20 anos, espera mais meia dúzia."*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

### ***Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o Ano de 2017;***

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

*"Foi presente à reunião a informação n.º 112/DGDRH/17, da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos, datada de 08/06/2017, que a seguir se transcreve:*

*"Assunto: 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o Ano 2017 (Artigos 28.º, 29.º e 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação)*

*Sr. Presidente,*

*Considerando que:*

*1. O trabalhador António Miguel Ferreira Neves, Assistente Operacional, afeto ao Gabinete Técnico Florestal, a desempenhar funções de saporador florestal, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado (a termo certo), desde 4 de janeiro de 2016,*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*opositor ao procedimento concursal comum para ocupação de dois (2) postos de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado da carreira / categoria de assistente técnico – área de Manutenção de Equipamentos / Eletromecânica, para a Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, cuja lista unitária de ordenação final dos candidatos foi homologada a 31 de janeiro de 2017 e no âmbito da reserva de recrutamento automaticamente constituída, nos termos previstos do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, cujo acionamento foi aprovado, em reunião do Órgão Executivo Câmara Municipal de 1 de junho de 2016, se encontra posicionado, no mesmo, em 3.º lugar, classificação que, virtualmente, lhe concede o direito de, após desencadeadas as necessárias diligências relativas à imanente determinação do posicionamento remuneratório, aceitar o posto de trabalho a ocupar na referida área;*

*2. A equipa de sapadores florestais, atualmente composta por cinco elementos, ficará, em caso de aceitação do lugar por parte do referido trabalhador, deduzida a quatro elementos. O Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro, estabelece o regime jurídico aplicável aos sapadores florestais e às equipas de sapadores florestais no território continental português, definindo os apoios públicos de que estas podem beneficiar. Em cumprimento das disposições legais e normativas previstas, a preceito, destaca-se, enquanto pressuposto pioneiro, o n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal, o qual dispõe que, "a unidade de base de operação dos sapadores florestais é a equipa, constituída por cinco sapadores florestais e chefiada por um deles (...)". Sob pena de perda de financiamento, impõe-se a necessidade de manutenção relativamente constante de equipas de cinco elementos, nos moldes do preceituado nos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º do referido Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro. Urge, portanto, esclarecer que, "quando se verifique a cessação de funções de um dos elementos da equipa de sapadores florestais, a contratação ou colocação de novo elemento deve ocorrer no prazo máximo de 180 dias úteis a contar da data da cessação da prestação de trabalho do anterior sapador.", sendo que, no caso, nomeadamente das autarquias locais que não possam cumprir o prazo referido, as mesmas "(...) devem apresentar comprovativo de abertura do procedimento de recrutamento, o qual deve estar concluído no prazo de seis meses a contar da data de cessação de funções do sapador florestal.";*

*3. O trabalhador Paulo Manuel Duque Murgeiro, opositor, igualmente, ao procedimento concursal na área de Manutenção de Equipamentos / Eletromecânica, ficou classificado em 4.º lugar e, reunidas as condições para a sua aceitação do posto de trabalho vertente, deixará diminuída a equipa de canalizadores, uma vez que, do procedimento concursal comum para ocupação de quatro (4) postos de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira / categoria de Assistente Operacional – área de Canalizador, para a Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, apenas foram ocupados três dos quatro postos de trabalho previstos;*

*4. Não existem candidatos em reserva constituída, na referida área de canalizador;*

*5. Se aproxima o período a data de aposentação obrigatória do trabalhador Manuel Ferreira Cruz – Canalizador, dado o facto de se encontrar já com 68 anos e 8 meses, não podendo continuar a trabalhar depois de perfazer 70 anos, sendo certo que já reúne os requisitos legais necessários a requerer a aposentação antes dessa data e até de imediato.*

*6. A trabalhadora Maria Bernardete Lopes Alves Mendes, Assistente Operacional, afeta ao Gabinete de Desporto e Juventude e desempenhar funções no Refeitório Municipal, desde 1 de setembro de 1994, atualmente em situação de baixa médica, tem vindo a registar a necessidade de apoio, na sua atividade de cozinheira, no Refeitório Municipal, o que nos levou a apresentar candidatura a CEI+ (no dia 31 de janeiro de 2017) para minimizar danos imediatos, sem no entanto ter logrado obter a respetiva aprovação por parte do IEFP até à presente data. Mais, a equipa de apoio à Zona desportiva, chefiada pelo Encarregado Operacional António Manuel Santos Monteiro necessita, devido a consecutivas e várias baixas médicas e também ao acréscimo*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*de trabalho, de elementos, quer ao nível do Refeitório Municipal quer ao nível de limpezas, na zona desportiva;*

*7. Nos encontramos perante necessidades de natureza permanente;*

*8. Estipula o n.º 2 do artigo 30.º da LGTFP, em matéria de preenchimento de postos de trabalho, que, "o recrutamento deve ser feito por tempo indeterminado ou a termo, consoante a natureza permanente ou transitória da atividade (...)";*

*9. Para prosseguir com o preenchimento dos postos de trabalho, deverão, os mesmos, constar no Mapa de Pessoal;*

*10. O n.º 1 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho doravante designada por LGTFP, prevê que, "o órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal (...)".*

*Propõe-se:*

*Que o Órgão Executivo, delibere no sentido de aprovar a presente alteração do Mapa de Pessoal desta Câmara Municipal, de acordo com o que antecede e com o mapa anexo à presente informação e que nela se dá por integralmente reproduzida e remeter a mesma à Assembleia Municipal para que autorize este ato administrativo para que possamos responder a estas necessidades do Município, através do preenchimento dos postos de trabalho indicados no referido mapa, por tempo indeterminado, dado o carácter permanente que os classifica, categoriza e caracteriza.*

*De referir que se inclui, no elenco de postos de trabalho considerados, os relativos a sapedores florestais. Com efeito, a crescente importância conferida à floresta e à sua manutenção e dos esforços levados a cabo por parte do Município, na sua materialização, considerando-se ainda as atividades desenvolvidas por estes trabalhadores, de índole perdurável, no tempo e no espaço e as limitações e condicionalismos inerentes aos trâmites processuais caracterizadores dos contratos a termo, consignados, designadamente nos termos do preceituado no n.º 1 do artigo 60.º da LGTFP, cito, "o contrato a termo certo dura pelo período acordado, não podendo exceder três anos, incluindo renovações, nem ser renovado mais de duas vezes (...)", justificam, acredita-se e salvo melhor opinião, a sua ocupação na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.*

*À consideração superior."*

*Junto à informação encontra-se o anexo com a alteração ao Mapa de Pessoal, que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado no respetivo serviço.*

*A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal de acordo com a informação supra transcrita.*

*Mais deliberou, por unanimidade, remeter a informação à Assembleia Municipal para aprovação."*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

***Ponto 2.8 - Controlo de cumprimento dos aspetos associados ao Relatório e Recomendações formuladas pela IGF em sede de Ação de Auditoria "Controlo da Contratação Pública" Triénio 2013/2015 - Ponto de situação do efetuado para efeitos de conhecimento à IGF - Para conhecimento;***

## MUNICÍPIO DE POMBAL

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

*"Foi presente à reunião o reporte relativo ao controlo de cumprimento dos aspetos associados ao Relatório e Recomendações, formuladas pela Inspeção Geral de Finanças, em sede da ação de Auditoria "Controlo da Contratação Pública" - Triénio 2013/2015 (cfr. Processo N.º 2016/235/A5/550|Relatório N.º 2016/1719 - Dezembro de 2016), que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado no Gabinete de Auditoria Interna e Planeamento.*

*A Câmara tomou conhecimento do ponto de situação do efetuado para cumprimento dos aspetos associados ao Relatório e Recomendações formuladas pela IGF e remeter, este ponto de situação, à referida Inspeção e à Assembleia Municipal para conhecimento."*

O **Senhor Presidente da Câmara**, fez a intervenção que se segue:

*"Recordar-se-ão da oportunidade de conhecer o relatório da IGF e da observação que alguns dos Senhores Deputados apresentaram relativamente à necessidade de ir monitorizando as intervenções que podiam ir mitigando as circunstâncias que nos debilitavam e que precisavam de respostas. Nós temos dez recomendações no relatório. Com este relatório, na sequência da ordem de serviço que eu exarei em maio, para se fazer a aplicação e monitorização das normas corretivas. Das dez recomendações, quatro estão parcialmente implementadas, onze estão implementadas e três não estão implementadas. Creio que estamos a atingir com estas correções o nível que os Senhores Deputados tinham pedido para se remover as circunstâncias que nos parecem ser menos favoráveis. Julgo que o trabalho está bem encaminhado e agradeço a todas as unidades e divisões que têm participado neste projeto. Como sabem isto introduz modificações substanciais ao modo de trabalho, às regras e aos hábitos dos trabalhadores."*

**A Assembleia tomou conhecimento.**

### **Ponto 2.9. Apresentação, discussão do Reporte de Contas dos Serviços de Águas e Resíduos – Ano 2016 – Para Conhecimento;**

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

*"Foi presente à reunião a informação n.º 7/UCA/17, da Unidade Comercial e Administrativa, datada de 02/06/2017, que a seguir se transcreve:*

*"Exmo. Senhor Presidente*

*Informo que no âmbito da intervenção regulatória da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e à semelhança do procedimento executado em anos anteriores, procedemos à submissão da informação relativa ao reporte de contas do ano de 2016 dando assim, cumprimento ao disposto n.º1 do art. 13º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, alterado pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março, encontrando-se o mesmo validado, por essa entidade, desde o dia 31 de maio.*

*Este reporte tem por objetivo a submissão de informação económico-financeira necessária ao acompanhamento, por parte da ERSAR, das atividades relacionadas com os serviços de águas e de resíduos, com destaque para o apuramento das variáveis de rendimentos e gastos totais, e cálculo do indicador de "Cobertura dos gastos".*

*Este indicador destina-se a avaliar o nível de sustentabilidade da gestão do serviço em termos económico-financeiros, apresentado os seguintes resultados relativamente a 2016:*

	Abastecimento	Saneamento	Resíduos urbanos
--	---------------	------------	------------------

## MUNICÍPIO DE POMBAL

Cobertura dos gastos (%)	101,26%	91,33%	100,27%
--------------------------	---------	--------	---------

*Tendo em conta os resultados do indicador acima apresentado, para cada atividade e considerando os parâmetros de avaliação estabelecidos pela ERSAR, conclui-se que quanto à sustentabilidade em termos económico-financeiros os serviços de abastecimento público de água e de resíduos urbanos apresentam boa avaliação (indicador compreendido entre [100% – 110%]) e o de saneamento uma avaliação mediana (indicador no intervalo compreendido entre [90%-100%]).*

*Mais informo que, tendo por base o trabalho desenvolvido pelo Município nos últimos anos a propósito da implementação/melhoria do sistema de contabilidade de custos nos serviços de águas e resíduos, bem como o entendimento que se tem relativamente a essa ferramenta gestão, veio a ERSAR manifestar intensão de convidar o Município de Pombal a fazer parte de um projeto-piloto, a nível nacional, que terá por objetivo a definição e implementação de um sistema de contabilidade de custos específico para as atividades reguladas (águas e resíduos) e que, posteriormente, será aplicado a todos os Municípios, convite esse que será formalizado nos próximos dias."*

*O Senhor Presidente da Câmara fez a intervenção que se segue:*

*"Eu entendi que era oportuno o conhecimento por todos deste relatório, e deste convite que eu acho que é muito honroso para uma estrutura que sendo eminentemente municipal, não é um serviço municipalizado nem uma empresa municipal, é uma Divisão, até a dignidade de Departamento nos tiraram quando fizeram a revisão da estrutura orgânica da Câmara.*

*O que parece ser relevante para a nossa observação e gestão é perceber como é que tem sido possível, sem aumentar preços, continuar com um nível de cobertura dos gastos dentro destes patamares. Sete anos de preços sem aumentos nos serviços aqui referenciados. Como os combustíveis não diminuíam de preços, os salários não diminuíram de valor, como as prestações sociais não diminuíram de preço, como os seguros não diminuíram de preço, a manutenção dos camiões não diminuiu de preço, as tarifas de RSU pagas à Valoris não diminuíram de preço, como é que é possível? É possível, porque a estrutura gestonária tem tido muito cuidado em ser eficiente na sua administração, de maneira a que não haja um "disparo" da despesa, que, por sua vez, relativamente à cobertura dos gastos, se a receita fosse a mesma e os gastos aumentassem, o nível de cobertura baixava. Isto é aquilo que eu quero sublinhar, porque isto não "cai do céu", isto resulta de trabalho, da Divisão, da sua componente administrativa e financeira, também dos contratos que são realizados e do controlo que se executa, da redução dos encargos com a energia, da eficiência trazia pela ETAR e pela conduta adutora da Mata do Urso, pela redução das perdas, pela realização de contratos de leitura, pela redução dos encargos do finishing e do billing relativamente aos nossos clientes, pela diminuição dos encargos com os sistemas de cobrança, o que nos trás este grande equilíbrio.*

*A questão do saneamento, eu vou fazer a minha interpretação, nós, à medida em que vamos tendo rede de saneamento em zonas mais rurais, onde existem fontes alternativas de abastecimento, são drenadas águas residuais para a nossa rede que não resultam de águas fornecidas pelo Município. Nós temos uma receita que resulta da água tratada, mas tratando mais água do que aquela que nós conseguimos vender, isso afeta o resultado.*

*Quanto ao resto, acho que estamos numa situação bastante equilibrada, considerando que temos um conjunto de indicadores que são "castigadores", digamos assim, do sistema. E em nenhuma circunstância se pode concluir que, em anos anteriores, a entidade reguladora do setor de águas e resíduos, considerou que o tarifário proposto fosse acima do admissível. O tarifário nem era admitido. Estamos a falar de ganhos pela redução dos encargos e não pelo aumento da receita. O que nos dá uma grande satisfação."*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*O Vereador Jorge Claro fez a intervenção que se segue:*

*“Tem ideia do número de contratos de abastecimento de água efetuados, por exemplo, desde janeiro deste ano?”*

*O Senhor Presidente da Câmara respondeu nos termos seguintes:*

*“Na informação à Assembleia Municipal eu dou-lhe essa informação, está lá sempre. A Câmara informa a Assembleia Municipal do número de contratos novos. É um dos itens da informação.”*

*O Vereador Jorge Claro fez a intervenção que se segue:*

*“Têm havido mais contratos no meio rural? Pessoas que tinham poços e que estão a pedir novos contratos.”*

*O Senhor Presidente da Câmara respondeu nos termos seguintes:*

*“Há alguns... A água nunca valia muito, o saneamento sim. Em nível de ampliação da rede não é muito expressivo.”*

*O Vereador Pedro Murinho fez a intervenção que se segue:*

*“A maior percentagem é, sem dúvida, novos arrendamentos. Renovação.”*

*O Vereador Jorge Claro fez a intervenção que se segue:*

*“Eu estou a falar daqueles que nunca tiveram contrato de abastecimento no meio rural.”*

*O Senhor Presidente da Câmara respondeu nos termos seguintes:*

*“Eu acho que só nos casos é que não é mesmo preciso é que a pessoa não pede. Nós temos agora uma campanha a chamar a atenção para a circunstância de ser obrigatório a ligação, quando ela está disponível. A lei até estabelece um regime sancionatório.”*

*O Vereador Jorge Claro fez a intervenção que se segue:*

*“Ligação e consumo?”*

*O Senhor Presidente da Câmara respondeu nos termos seguintes:*

*“Não, ligação. O consumo não. O que é que acontece? Se nós vendemos 2 m<sup>3</sup> de água, o pressuposto da faturação do tratamento das águas residuais é 2 m<sup>3</sup>. Mas se a pessoa tiver uma fonte de água alternativa e tiver uma capoeira, uma garagem ou um terraço e os lavar e essa água for toda drenada para as águas residuais, nós vamos tratar 5 m<sup>3</sup> de água e não os 2 m<sup>3</sup>. Os gastos são em função da água que entra, que não pode ser só imputada a este tipo de utilizações, também temos infiltrações no sistema, causadas por causas naturais e própria antiguidade de algumas partes.”*

*O Vereador Pedro Murinho fez a intervenção que se segue:*

*“Este incremento do número de contratos, muitas vezes, acontece quando lançamos ligações de ramais de saneamento. Há pessoas a quem compensa fazer a ligação à rede pública. Por exemplo, vamos fazer a ligação da zona da Roussa/Crespos, pelo que, é natural, que algumas habitações que não estejam, hoje, ligadas à rede pública, mas que pela incorporação do seu sistema de saneamento na rede pública, que haja um aumento de ligações de abastecimento de água.”*

*A Câmara tomou conhecimento.”*

**O Senhor Presidente da Câmara**, fez a intervenção que se segue:

*“Os senhores poderão estar a interrogar o porquê desta informação ser presente à Assembleia, que utilidade é que isto tem e que informação especial é que pode trazer. Mas se nós olharmos para o histórico dos preços que temos vindo a praticar na venda, no tratamento de águas residuais e na recolha de resíduos sólidos urbanos percebemos que o preço para o consumidor não tem aumentado. Mas é preciso ter em conta se o preço dos combustíveis é mais elevado, se os encargos sociais aumentaram, se o preço com que depositamos e fazemos o tratamento de resíduos na Valorlis aumenta, se os custos da eletricidade aumenta, se os custos de toda a operação aumenta, como é que tem sido possível que os preços da água não tenham aumentado para acompanhar o que a Lei estabelece como obrigação que é cobrir os custos? Nós identificamos que a cobertura dos gastos no abastecimento é 101,26%; no saneamento é 91,33%;*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*e nos resíduos urbanos é 100,27%. O que significa que as vendas que nós fazemos cobrem quase totalmente este conjunto de despesas, apesar de nós nunca termos aumentado o preço nos últimos 8 anos. Como é que isto é possível? É isto que eu acho importante os Senhores Deputados saberem. Se a qualidade aumenta e se os encargos também, qual tem sido a “magia” utilizada para que o preço para o consumidor se mantenha? Nós introduzimos, quer na parte da operação – que eu acho que ainda tem muito caminho a percorrer – quer na parte administrativa e financeira, uma enormíssima modificação que hoje nos permite concluir que a diferença de cobrança das nossas faturas de água, saneamento e resíduos sólidos, que chegaram a ter encargos anuais de 140.000 €, hoje são quase zero, fruto de uma negociação com os prestadores de serviços, a banca nomeadamente. Quanto é que custa fazer o billing? O billing é a impressão, dobragem, envelopagem e expedição de faturas. Esta despesa tem sido reduzida. Tem sido através das reduções de encargos, que em termos globais são perto de 300.000 €, o que corresponde a cerca 150.000 m<sup>3</sup> de água. Quando conseguimos encurtar esta despesa, conseguimos suportar o aumento dos preços que, normalmente, acabam por se reproduzir nos preços praticados ao consumidor. Foi isto que levou a que a entidade reguladora nos convidasse a fazer parte de um projeto-piloto para se perceber como é que o Município, que faz a gestão integral dos sistemas de água, consegue melhorar a sua prestação sem trazer para os consumidores nenhum aumento de preços.”*

**João Coucelo**, fez a intervenção que se segue:

*“A Câmara vai fazer parte de um projeto-piloto para se poder aplicar a outros municípios. O que significa que a Câmara tem uma boa conduta na gestão da água e dos resíduos. Isto deve ser enaltecido.”*

**A Assembleia tomou conhecimento.**

### ***Ponto 2.10. Apresentação do procedimento concursal para a elaboração do projeto “Defesa Contra Cheias de Pombal” promovido pela Agência Portuguesa do Ambiente – Para Conhecimento;***

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

*“O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara do Procedimento Concursal para elaboração de projeto de execução de “Defesa contra cheias Pombal” promovidas pela APA - Agência Portuguesa do Ambiente.*

*A Câmara tomou conhecimento.”*

O **Senhor Presidente da Assembleia**, fez a intervenção que se segue:

*“Senhor Presidente, o que é que está a pensar fazer em quanto à eliminação definitiva das cheias centenárias que podem ocorrer na nossa cidade?”*

O **Senhor Presidente da Câmara**, fez a intervenção que se segue:

*“Não é o que nós contamos fazer, é aquilo que já está a ser preparado pela Agência Portuguesa do Ambiente, que já lançou o procedimento concursal para elaborar o projeto, de modo a que, a expensas exclusivas da Agência Portuguesa do Ambiente, tenhamos o projeto de execução definitivo de maneira a termos junto do POSEUR, que fará o refinanciamento desta intervenção, de maneira a que com a elaboração das obras a montante da cidade de Pombal, teremos a bacia de contenção que reduz os riscos que possam existir para a nossa cidade. Isto tem a ver com o andamento formal deste projeto, lançado pela APA, já publicado em Diário da República, que eu achei que era uma boa notícia para esta Assembleia e que não terá custos para o Município, que irá receber o projeto e o irá submeter a candidatura comunitária. Os projetos desenvolvidos em*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

*parceria com a Agência Portuguesa do Ambiente têm uma importância reforçada e, por isso, temos a expectativa de obter uma participação para a realização destes trabalhos.*

**O Senhor Presidente da Assembleia**, fez a intervenção que se segue:

*“Permita-me que lhe diga, com humildade, que o Eng.º Valério em 2010 e 2011 esteve cá. Logo em 2006, quando sofremos as cheias, mandei avançar, através do Instituto Nacional da Água, com um projeto para se fazer a bacia de retenção. Mas agora tive conhecimento, através do Eng.º Valério, que se está a fazer o projeto de uma bacia de retenção e não se está a fazer o projeto de redimensionamento do túnel que vem da Ribeira do Vale. Ora esse túnel passa ao lado do logradouro de uma vivenda ao pé da escola secundária, passa por baixo do hospital e se houver uma descarga brusca de água, poderá causar transtornos ao hospital e à habitação. Não pode fazer a bacia de retenção sem o túnel. Eu falo com conhecimento de causa, foi o que me transmitiram há pouco tempo. Agradeço que o Senhor Presidente diga à Agência Portuguesa do Ambiente que faça os dois projetos em simultâneo. A candidatura nesses termos também será aprovada. Eu acho que estes dois projetos não podem estar dissociados, senão continua a ser possível que ocorram inundações na nossa cidade. Isto dito por técnicos com conhecimento de causa. É uma ajuda que lhe estou a dar, devia ser dada particularmente, mas os louros devem ser dados a quem os merece.”*

**O Senhor Presidente da Câmara**, fez a intervenção que se segue:

*“Deixe-me agradecer o seu reconhecimento de que serei eu a fazer a obra. Muito obrigado.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia**, fez a intervenção que se segue:

*“Sim senhor, isso saber-se-á verdadeiramente no dia 1. São 8 candidatos e a democracia está a funcionar.”*

**A Assembleia tomou conhecimento.**

### ***Ponto 2.11. Apresentação do Relatório da Assembleia Geral da Pombal Prof. S.A. – Para Conhecimento;***

**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

*"O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara do resultado da Assembleia Geral da Pombal Prof, S.A.*

*A Câmara tomou conhecimento."*

**A Assembleia tomou conhecimento.**

### ***Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal;***

**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que informou que estes apoios residem em propostas que são apresentadas pelas Juntas de Freguesia, e que se encontram bem explicadas nas finalidades destes recursos, dando ainda a explicação nos termos que se transcrevem:

#### ***Lista dos Apoios:***

**- Junta de Freguesia de Vermoil:** *Acordo de colaboração para minimizar despesas com a execução da requalificação dos acessos ao Centro Escolar de Vermoil - (€ 77.687,88€).*

**- Junta de Freguesia de Carnide:** *Acordo de colaboração para minimizar despesas com a construção de Armazém e Parque de Máquinas - (€ 120.000,00€).*

## MUNICÍPIO DE POMBAL

- **União das Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze:** cordo de colaboração para minimizar despesas com as obras de requalificação dos cemitérios da união de freguesias - (€ 25.000,00€).

- **Junta de Freguesia de Vermoil:** Apoio destinado a minimizar despesas com a aquisição de duas viaturas de 9 lugares - (€ 59.925,88€).

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

### **Ponto 2.13. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento**

- **Junta de Freguesia do Louriçal:** Apoio destinado a minimizar despesas com a contratação de serviço de transporte de inertes – (€1.756,92).

- **Junta de Freguesia do Carriço:** Apoio destinado a minimizar despesas com a aquisição de terreno para ampliação do Cemitério das Claras - (€ 14.800,00).

- **Junta de Freguesia de Abiul:** Apoio destinado a minimizar despesas com a aquisição dos Moinhos das Corujeiras– (€ 4.000,00).

- **União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca -** Apoio destinado a minimizar despesas com o projeto das obras de requalificação do recinto da Feira dos 10/Fago – (€ 9.225,00).

- **Junta de Freguesia do Carriço:** Apoio destinado a minimizar despesas com a pintura do Jardim de Infância– (€ 3.241,05).

- **Junta de Freguesia de Abiu:** Apoio destinado a minimizar despesas com as obras de ampliação e remodelação do edifício sede da Tertúlia Berço da Tauromaquia de Abiul (€ 20.000,00).

- **Junta de Freguesia de Vila Cã:** Apoio destinado a minimizar despesas com as obras de remodelação do Jardim de Infância de Vila Cã- (€ 4.869,07).

- **Junta de Freguesia da Redinha:** Apoio destinado a minimizar despesas com a Recriação da Batalha da Redinha/Invasões Francesa - (€3.383,00).

- **Junta de Freguesia de Vermoil:** Apoio destinado a minimizar despesas com ação de silvicultura preventiva na localidade de Olival e na Zona Desportiva de Vermoil - (€ 2.289,60).

- **Junta de Freguesia de Carnide:** Apoios destinado a minimizar despesas com a construção de muro no Campo de Futebol de Carnide - (€ 3.500,00).

- **Junta de Freguesia de Carnide:** Apoio destinado a minimizar despesas com a aquisição de um terreno para a construção do parque de estacionamento do Centro Escolar de Carnide - (€10.780,00).

- **Junta de Freguesia do Carriço:** Apoio destinado a minimizar despesas com as obras de melhoramento do Parque Social do Carriço - (€6.509,73).

- **Junta de Freguesia do Carriço:** Apoio destinado a minimizar despesas com a organização da II Feira dos Sete - (€ 600,00).

- **Junta de Freguesia do Louriçal:** Apoio destinado a minimizar despesas com a execução de obras de requalificação da "Rotunda dos Escuteiros" e da "Rotunda das Matas do Louriçal" – (€12.000,00).

- **Junta de Freguesia do Louriçal:** Apoio destinado a minimizar despesas com a organização da IX Edição dos Serões Culturais – (€4.500,00).

- **Junta de Freguesia do Louriçal:** Apoio destinado a minimizar despesas com a demolição e reconstrução de muro na Rua da Cerâmica, para alargamento da via – (€ 1.897,44).

## MUNICÍPIO DE POMBAL

- **Junta de Freguesia da Redinha:** Apoio destinado a minimizar despesas com a execução de passeios em frente ao Lavadouro da Charneca da Redinha – (€ 4.446,82).
- **União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca:** Apoio destinado a minimizar despesas com o funcionamento da Piscina do Vale da Sobreira - (€ 720,89).
- **União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca:** Apoio destinado a minimizar despesas com a reposição de calçada na Avenida Comendador Raul Tomé Feteira – (€ 1.136,00).
- **União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca:** Apoio destinado a minimizar despesas com a manutenção dos sistemas de extinção "hottes" – (€ 1.143,00).
- **Junta de Freguesia de Abiul:** Apoio destinado a minimizar despesas com a organização da Feira Quinhentista – (€ 1.400,00).
- **Junta de Freguesia de Pombal:** Apoio destinado a minimizar despesas com os arranjos urbanísticos no Largo da Capela do Pinheirinho – (€13.230,00).
- **Junta de Freguesia de Pombal:** Apoio destinado a minimizar despesas com o fornecimento de refeições para o programa Férias Ativas - Páscoa 2017 – (€ 259,20).

**O Plenário tomou conhecimento da Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia.**

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez a intervenção seguinte:

*“Queria deixar uma nota de agradecimento aos Senhores Presidentes de Junta porque conseguimos, ao longo deste ano, com as visitas que fizemos às freguesias, identificar circunstâncias muito particulares que precisavam de ser resolvidas. Conseguimos desenvolver projetos e fazer negociações. Por exemplo, há muitos anos que queríamos fazer a aquisição dos moinhos das Corujeiras. O processo está resolvido com a Junta. Na requalificação de estaleiros de Juntas de Freguesia, a mesma coisa. Senhores Presidentes de Junta, muito obrigado. Entre contratos interadministrativos, delegação de competências, protocolos e acordos de colaboração neste mandato, ultrapassámos os 10.200.000 € de colaboração com as Juntas de Freguesia do nosso concelho. É um número impressionante, pelo que, quero agradecer o dinamismo, a forma como foram geridos estes meios e a forma como foram capazes de resolver problemas.”*

O Senhor Presidente da Assembleia, fez a intervenção que se segue:

*“Hoje vai se realizar uma peça de teatro do Grupo de Teatro Amador de Pombal, no nosso Teatro-Cine, às 22 horas, em que o público poderá ajudar com o montante que entender, no fim esse valor reverterá para as vítimas dos incêndios de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por finalizados os trabalhos, eram zero horas e trinta minutos, tendo-se lavrado a presente ata, que eu (1.º secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: